



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

RESOLUÇÃO CONSU/IFAC Nº 015, DE 024 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Recursos Pesqueiros ofertado pelo Campus Cruzeiro do Sul.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 11.892/2008 e pelo Decreto, de 13/04/2016, publicado no Diário Oficial da União nº 1, seção 2, de 14/04/2016. Considerando o deliberado na 21ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, no dia 28/03/2018, o que consta no inciso III, do artigo 9º e no artigo 39, da Resolução CONSU/IFAC nº 045, de 12/08/2016, que aprova o Regimento Interno do Conselho Superior, considerando o Processo nº 23244.015895/2017-76,

CONSIDERANDO ainda a Portaria nº 76/2017, de 07 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre a criação do Curso Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros, constante no Eixo Tecnológico de Recursos Naturais, conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso Técnico subsequente em Recursos Pesqueiros, do *Campus* Cruzeiro do Sul, com oferta semestral no período diurno, carga horária de 1.110 horas e duração de 03 semestres, a partir de 2017.1.

Art. 2º Estabelecer que conste como anexo desta Resolução a Matriz Curricular do Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros.

Art. 3º Esta resolução deve ser publicada no Boletim de Serviços e no portal do IFAC.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Rio Branco/AC, 24 de abril de 2018.

(Original assinado)

ROSANA CAVALCANTE DOS SANTOS
Presidente do Conselho Superior



Reitoria

Reitoria - Anexo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

ANEXO ÚNICO

**MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO
MÉDIO EM RECURSOS PESQUEIROS**

1º SEMESTRE					
DISCIPLINAS	CH(h/r)	CH T(h/r)	CH P(h/r)	CH (h/a)	CHS(h/a)
Português Instrumental	45	35	10	54	3
Informática Aplicada	45	30	15	54	3
Matemática Instrumental	45	35	10	54	3
Qualidade de Água	45	30	15	54	3
Limnologia e Ecologia de Ambientes Aquáticos	45	30	15	54	3
Saúde e Segurança do Trabalho	30	20	10	36	2
Introdução a Pesca e Aquicultura	45	35	10	54	3
Introdução a Oceanografia	30	25	05	36	2
Natação	30	05	25	36	2
Total	360	245	115	432	24

2º SEMESTRE					
DISCIPLINAS	CH(h/r)	CH T(h/r)	CH P(h/r)	CH (h/a)	CHS (h/a)
Topografia e Construções Aquícolas	45	30	15	54	3
Reprodução e Larvicultura de Organismos Aquáticos	45	30	15	54	3
Manejo Produtivo de Organismos Aquáticos	45	30	15	54	3
Cultivo e Captura de Peixes Ornamentais	45	30	15	54	3
Alimentação e Nutrição de Organismos Aquáticos	45	30	15	54	3
Administração e Economia Pesca e aquicultura	45	35	10	54	3
Biologia e Fisiologia de Organismos Aquáticos	45	35	10	54	3
Legislação Pesqueira e Aquícola	45	35	10	54	3
Total	360	255	105	432	24

3º SEMESTRE					
DISCIPLINAS	CH(h/r)	CH T (h/r)	CH P (h/r)	CH (h/a)	CHS (h/a)
Tecnologia Pesqueira	45	30	15	54	3
Confecção e Manutenção de Apetrechos de Pesca	45	30	15	54	3
Máquinas e Motores utilizados na Pesca e Aquicultura	30	20	10	36	2
Condução e Comunicação de Embarcações Pesqueiras	45	30	15	54	3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Tecnologia e Processamento do Pescado	45	30	15	54	3
Empreendedorismo e Inovação	45	35	10	54	3
Planejamento e Gestão Aquícola e Pesqueira	45	30	15	54	3
Extensão Pesqueira	45	30	15	54	3
Tópicos de Dinâmica e Avaliação de Recursos Pesqueiros	45	30	15	54	3
Total	390	265	125	468	26

RESUMO DA CARGA HORÁRIA DO CURSO

Componentes Curriculares	Carga Horária Relógio	Carga Horária em Aulas
Total da Carga Horária Teórica das Disciplinas dos Núcleos Básico e Profissional	765	918
Total da Carga Horária da Prática Profissional	345	414
Total da Carga horária do Curso	1.110 h	1.332 h/a





PROJETO PEDAGOGICO DE CURSO TÉCNICO
INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

SUBSEQUENTE



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO EM RECURSOS PESQUEIROS

Campus Cruzeiro do Sul



Processo SIPAC: 23244.015895/2017-76



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Cruzeiro do Sul

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO EM RECURSOS
PESQUEIROS

APROVADO PELO CONSELHO SUPERIOR DO IFAC
RESOLUÇÃO Nº 015/ 2018

CRUZEIRO DO SUL – ACRE
2017



**INSTITUTO
FEDERAL**
Acre

Campus
Cruzeiro do Sul

Estrada da APADEQ, 1192, Ramal da Fazenda Modelo, B. Nova Olinda
Cruzeiro do Sul/AC - CEP 69.980-000
Telefones: (68) **2106-6842** (68) **2106-6843** (68) **2106-6844**
E-mail: ccz.dirge@ifac.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Cruzeiro do Sul

INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

CNPJ: 10.918.674/0005-57

Razão Social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Nome Fantasia: IFAC - Campus Cruzeiro do Sul

Esfera Administrativa: Federal

Endereço: Estrada da APADEQ, 1192, Nova Olinda, Cruzeiro do Sul, AC, CEP: 69980-000.

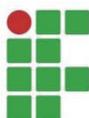
Telefone: (68) 3612 - 3806 / 3612 – 4213.

E-mail: proen@ifac.edu.br / ccz.diren@ifac.edu.br /

Site: www.ifac.edu.br

INFORMAÇÕES DO CURSO

- 1. Denominação:** Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Recursos Pesqueiros
- 2. Eixo Tecnológico:** Recursos Naturais
- 3. Ato de Criação do Curso:** Autorizado pela Portaria IFAC nº 76 de 07/02/2017
- 4. Carga Horária Total do Curso:** 1.110 Horas
- 5. Turno de Oferta:** Diurno
- 6. Duração Mínima do Curso:** 3 Semestres
- 7. Data de Início do Funcionamento do Curso:** 06 de fevereiro de 2017.
- 8. Prazo Máximo para Integralização Curricular:** 4 semestres e meio
- 9. Modalidade de Oferta:** Presencial
- 10. Local de Oferta:** Campus Cruzeiro do Sul





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Cruzeiro do Sul

Reitora do Instituto Federal do Acre
ROSANA CAVALCANTE DOS SANTOS

Pró-Reitora de Ensino
MARIA LUCILENE BELMIRO DE MELO ACÁCIO

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
LUIZ PEDRO DE MELO PLESE

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
UBIRACY DA SILVA DANTAS

Pró-Reitor de Extensão
FÁBIO STORCH DE OLIVEIRA

Pró-Reitor de Administração
JOSÉ CLAUDEMIR ALENCAR DO NASCIMENTO

Diretora Geral
LILIANE MARIA DE OLIVEIRA MARTINS

Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão
RODRIGO MARCIENTE TEIXEIRA DA SILVA

Coordenador do Curso
ANTONY EVANGELISTA DE LIMA





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Campus Cruzeiro do Sul

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC

Antony Evangelista de Lima	Membro
Ellan Rodrigo Monteiro Paes Fernandes	Membro
Carlos Henrique Profirio Marques	Membro
Jozângelo Fernandes da Cruz	Membro
Rivanilce dos Santos Nogueira	Membro
Carpergiani Costa Maia	Membro
Mary Clícia da Costa Moraes	Membro





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

SUMÁRIO

1. CONTEXTO EDUCACIONAL	7
1.1 Histórico da Instituição	7
1.2 Justificativa de Oferta do Curso	9
1.3 Objetivos do Curso.....	11
1.3.1. Objetivo Geral.....	11
1.3.2 Objetivos Específicos.....	12
1.4 Requisitos e Formas de Acesso.....	13
1.5 Perfil Profissional de Conclusão do Curso.....	13
2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	15
2.1 Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão.....	15
2.2 Políticas de Apoio ao Estudante.....	16
2.2.1 Assistência Estudantil	16
2.2.2 Educação Inclusiva.....	18
2.2.2.1 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).....	20
2.2.2.2 NEABI.....	22
3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO.....	24
3.1. Fundamentação Legal e Normativa.....	24
3.2. Orientações Metodológicas	29
3.3 Estrutura Curricular.....	30
3.4 Matriz Curricular.....	31
3.5 Prática Profissional.....	33
4. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	34
5. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS ANTERIORES	37
6. EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA E CERTIFICADOS.....	38
7. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	38



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Tabela 03 - Corpo Docente	38
Tabela 04 - Corpo Técnico Administrativo em Educação	40
8. ÓRGÃOS DE GESTÃO DO CURSO	41
8.1. Coordenação do Curso	41
8.2. Conselho de Classe.....	42
9. INSTALAÇÕES FÍSICAS E EQUIPAMENTOS	43
9.1 Biblioteca	43
9.2 Áreas de Ensino e de Apoio Administrativo	43
9.3. Áreas de Esporte e Convivência.....	44
9.4. Área de Atendimento ao Estudante	44
9.5. Equipamentos.....	44
9.6 Laboratórios	44
9.7 Instalações Didáticas Específicas.....	44
9.8 Equipamentos Específicos.....	45
10. ANEXOS.....	47
10.1 - Anexo I – Ementas das Disciplinas Obrigatórias do Curso	47
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

1. CONTEXTO EDUCACIONAL

1.1 Histórico da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), instituída pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, possuindo natureza jurídica de autarquia, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos no desenvolvimento das suas práticas pedagógicas.

O Instituto Federal do Acre foi concebido para formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

O Instituto Federal do Acre iniciou sua instalação em 2009 ocupando salas cedidas pela Universidade Federal do Acre e pelo Instituto Dom Moacyr, na capital, e no interior, mais especificamente nos municípios de Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, em prédios cedidos pelas prefeituras municipais e Governo do Acre.

Em meados de 2010, o IFAC iniciou seus trabalhos oferecendo cursos de Formação inicial e continuada e de formação técnica de nível médio com ênfase nos eixos tecnológicos de Recursos Naturais, Ambiente, Saúde e Segurança e Informação e Comunicação. Posteriormente, em 2011 iniciou-se a oferta dos cursos de graduação,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

ampliando o número de matrículas de 400 (quatrocentas) para 1.170 (mil cento e setenta) em 2011.

Com a expansão da estruturação dos *campi* e o acréscimo do número de servidores, a instituição ampliou significativamente a oferta de vagas, oferecendo 25 (vinte e cinco) cursos distribuídos em 06 (seis) eixos tecnológicos, além dos programas especiais do governo federal, Mulheres Mil, PRONATEC, CERTIFIC e EaD, bem como a pós-graduação, que possibilitaram o acesso e democratização do ensino de cerca de 3.000 discentes, distribuídos nas unidades de Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Sena Madureira e Xapuri.

Desde 2013, o IFAC vem atuando nas 5 (cinco) microrregiões do estado do Acre, trabalhando de forma regionalizada com eixos que fortalecem as potencialidades locais, sendo constituído por 07 (sete) unidades, sendo elas: 1) Reitoria com sede em Rio Branco; 2) Campus Rio Branco; 3) Campus Rio Branco Avançado Baixada do Sol; 4) Campus Xapuri; 5) Campus Sena Madureira; 6) Campus Tarauacá; 7) Campus Cruzeiro do Sul.

O IFAC tem suas atividades norteadas pela ampliação da oferta da Educação Profissional e Tecnológica de qualidade, de forma continuada, em diversos níveis e modalidades de ensino, com incentivo à pesquisa aplicada e às atividades de extensão, com foco para o empreendedorismo, ética e responsabilidade social, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Nessa perspectiva, a Instituição desenvolve a formação e a qualificação de profissionais no âmbito da educação básica, técnica e tecnológica, realizando também pesquisa aplicada e inovação tecnológica, em articulação com os setores produtivos e a sociedade local e regional, para o desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, além de oferecer mecanismos para a educação continuada.

Para cumprir com suas finalidades e objetivos, o IFAC atua na oferta da educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados; oferece cursos superiores conforme prevê a Lei nº 11.862/2008; ministra cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores; realiza pesquisas aplicadas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; desenvolve atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica.

1.2 Justificativa de Oferta do Curso

De acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), em 2050, a população mundial deverá chegar a 9,7 bilhões de pessoas, conseqüentemente aumentando a demanda por alimento. A segunda Conferência Internacional sobre Nutrição (CIN2), realizada em Roma em novembro de 2014, reiterou a importância do pescado como fonte de alimento, nutrição e saúde. Tornando imprescindível a utilização racional dos recursos naturais, de modo a garantir um desenvolvimento sustentável em termos econômicos, sociais e ambientais das gerações presentes e futuras¹.

Nesse contexto, pesca e a aquicultura são fontes importantes de proteínas (animal e vegetal) consumidas por humanos no planeta e com importância não somente na alimentação, mas também na renda e subsistência de centenas de milhões de pessoas em todo o mundo. O consumo mundial de pescado alcançou um nível histórico de 20 kg por pessoa por ano, graças ao intenso crescimento da aquicultura, pois a pesca encontra-se com produção estabilizada desde 1990, ficando a produção da pesca em 92,6 milhões de toneladas e da aquicultura em 76,6, de um total de 167,2 milhões de toneladas, excluindo as plantas aquáticas².

No Brasil, o consumo de pescado atingiu 14,4 kg/habitante por ano, já acima do recomendado pela organização mundial de saúde, mas ainda distante do consumo médio mundial. Apresentando produção total de pescado, média entre 2013 e 2015, de 1,327 milhões de toneladas, sendo 560 milhões de toneladas para aquicultura e 767 milhões de

¹FAO. **El estado mundial de la pesca y la acuicultura 2014**: Contribución a la seguridad alimentaria y la nutrición para todos. Roma: FAO, 2016.

²FAO. **El estado mundial de la pesca y la acuicultura 2015**: Contribución a la seguridad alimentaria y la nutrición para todos. Roma: FAO, 2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

toneladas para pesca. E até 2025, no Brasil, deve haver um incremento de 104% na produção de pescado^{2,3}.

Para que haja esse incremento de produção e expansão, faz-se necessário o fortalecimento da pesca e da aquicultura no país. Sendo a pesca toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros, enquanto a aquicultura é a atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático⁴.

Nos dias atuais a aquicultura emprega oficialmente 356 mil pessoas. De acordo com o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), o número de pescadores artesanais no Brasil ficou estimado em quase um milhão, portanto, a pesca artesanal pode ser considerada uma das atividades de maior impacto social e econômico no país^{1,3}.

Dentro do Brasil, a região amazônica possui condições extremamente favoráveis para o incremento da produção aquícola e pesqueira. São 30 milhões de hectares de lâmina d'água nas várzeas, 960 hectares de lâmina d'água nos reservatórios de usinas hidrelétricas e 130 milhões de hectares de estabelecimentos rurais e mais 1.600 km de costa marítima. Portanto, a produção de pescado é uma grande oportunidade para a Amazônia produzir uma proteína nobre e gerar postos de trabalho, emprego e renda, de forma sustentável, aproveitando o vasto território de águas da região e assim tornar-se uma das maiores regiões produtoras de pescado cultivado no mundo^{5,6}.

A aquicultura no Estado do Acre é uma atividade em ascensão, em que os produtores vislumbram uma oportunidade de negócio, diversificando suas matrizes pro-

³IBGE. **Produção da Pecuária Municipal. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Rio de Janeiro, v. 43, p.1-49, 2015.

⁴BRASIL. **Lei Nº 11.959, de 29 de junho de 2009.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, 2009.

⁵_____. **MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. Amazônia, Aquicultura e Pesca: Plano de Desenvolvimento Sustentável.** Brasília: MPA, 2010.

⁶INSTITUTO FEDERAL DO ACRE (IFAC). **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Aquicultura.** Rio Branco/AC: 2014. Disponível em <http://www.ifac.edu.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=291&Itemid=120&limitstart=10>. Acesso em 08/03/2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

dutores vislumbram uma oportunidade de negócio, diversificando suas matrizes produtivas com o incremento principalmente da piscicultura, a piscicultura no Estado do Acre produziu 6.071.983 kg em 2015³. Essas atividades de Pesca e Aquicultura são de fundamental importância para a inclusão social na região, tendo em vista que gera renda e inúmeros empregos diretos. Esse crescimento nas atividades de produção de pescado no Estado do Acre gera uma grande expectativa por mão de obra qualificada para suprir a carência que o setor enfrenta, por se tratar de uma atividade que conta com poucos profissionais.

O município de Cruzeiro do Sul se destaca no desembarque de pescado, e com a criação do Mercado Municipal de Peixes Resene de Souza Lima, inaugurado em 28/11/2015, a obra se tornou referência para a região Norte, sendo o maior mercado de venda de pescado do Estado do Acre⁷. Destacando-se também pelo número de pisciculturas instaladas e em expansão na região.

Nessa esteira, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre/IFAC, está implantando o Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, no *campus* Cruzeiro do Sul, com o objetivo de formar profissionais para atender as necessidades desse mercado em expansão, mas ainda carente de profissionais especializados, principalmente na região do Vale do Juruá. Essa é uma iniciativa pioneira no Estado na qual os profissionais formados no curso irão atuar na cadeia produtiva de pescado, tanto na pesca quanto na aquicultura, e na assistência técnica rural dentro do setor pesqueiro, melhorando não só a produção de pescado do Estado, mas também na resolução de conflitos e contribuindo na gestão ambiental por parte dos governos.

1.3 Objetivos do Curso

1.3.1. Objetivo Geral

⁷BARBOSA, U. Vagner e Gladson Cameli fazem vistoria em obra do mercado do peixe antes da inauguração. Tribuna do Juruá. 2015. Disponível em: < <http://www.tribunadojuruá.com.br/cruzeiro-do-sul/vagner-sales-faz-vistoria-em-obra-do-mercado-do-peixe-antes-da-inauguracao/>>. Acesso em: 14 set. 2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

- Formar profissionais de nível médio com competência técnica capazes de identificar, equacionar e solucionar problemas na área de recursos pesqueiros de modo a atuar no planejamento e execução de recursos naturais na pesca, na aquicultura e no processamento do pescado com segurança e qualidade, e numa perspectiva de desenvolvimento social, econômico e ambiental.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Operar equipamentos e métodos de análise de água;
- Prevenir situações de risco e atuar nas atividades inerentes à função observando aspectos como higiene, saúde e segurança do trabalhador;
- Realizar a preparação de tanques e viveiros para o cultivo, realizando o controle dos parâmetros físico-químicos da qualidade de água para a aquicultura;
- Auxiliar no planejamento e execução de projetos de sistemas de cultivos de organismos aquáticos com viabilidade técnica e econômica, com base nas boas práticas de manejo;
- Reconhecer os aspectos biológicos e fisiológicos das principais espécies oriundas da pesca e aquicultura;
- Aplicar os princípios de nutrição e de manejo alimentar das principais espécies cultivadas, acompanhando seu desenvolvimento e sanidade;
- Projetar e implantar projetos de aquarofilia, assim como a captura, cultivo e manutenção de espécies de interesse no aquarismo;
- Participar na execução dos manejos produtivos que envolvem aspectos relativos à reprodução, larvicultura e engorda de espécies aquáticas;
- Utilizar tecnologias e sistemas de produção no setor pesqueiro, aquícola e para a elaboração de produtos e subprodutos à base do beneficiamento do pescado;
- Preparar, montar, operar e manter apetrechos, máquinas e equipamentos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

utilizados na pesca e aquicultura;

- Atuar no planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas com Pesca e Aquicultura;
- Desenvolver produtos e subprodutos à base do beneficiamento do pescado;
- Atuar na iniciativa privada, iniciativa pública, organizações do terceiro setor ou como empreendedor;
- Atuar na pesquisa, ensino e extensão dos segmentos da produção pesqueira;
- Contribuir na formação de técnicos que se constituam como cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos na busca de novos conhecimentos.

1.4 Requisitos e Formas de Acesso

O acesso ao Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Recursos Pesqueiros, destinado aos jovens e adultos portadores do certificado de conclusão do ensino médio, ou equivalente, poderá ser feito através de:

- Processo Seletivo, regulado por edital próprio, e aberto ao público, para o primeiro período do curso;
- Transferência ou reingresso, para período compatível, posterior ao primeiro, obedecendo às normas da Organização Didática Pedagógica – ODP do Instituto Federal do Acre ou por Processo Seletivo, regulado por edital próprio.

1.5 Perfil Profissional de Conclusão do Curso

Na *dimensão profissional*, de acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, o egresso do curso Técnico em Recursos Pesqueiros deve ter o perfil discriminado abaixo:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

- Realizam operações do setor pesqueiro com base no manejo e na qualidade dos produtos;
- Aprimoram a sustentabilidade dos recursos naturais e da biodiversidade aquícola;
- Analisam e avalia os aspectos técnicos, sociais e econômicos da cadeia produtiva do setor pesqueiro;
- Monitoram o uso da água com vistas à exploração dos recursos pesqueiros;
- Planejam, organizam, dirigem e controlam as operações de pesca;
- Monitoram instalações, montagens, operações e manuseios de apetrechos, máquinas e equipamentos, processamento e refrigeração dos produtos.

Complementarmente, o IFAC - Campus Cruzeiro do Sul, através de seus cursos Técnicos, se propõe a formar profissionais com o seguinte *perfil profissional, humanístico, cultural e empreendedor*:

- Realizam projetos de implantação de sistemas de cultivos com base nas boas práticas de manejo e na qualidade dos produtos e das águas, de acordo com as realidades locais e com a aptidão dos ambientes naturais;
- Utilizam tecnologias e sistemas de produção e manejo aquícola e de beneficiamento do pescado;
- Analisam a viabilidade técnica e econômica de propostas e projetos aquícolas;
- Operam equipamentos e métodos qualitativos e quantitativos de análise de água utilizada em sistemas de cultivo;
- Previnem situações de risco à segurança no trabalho;
- Auxiliam na elaboração de projetos aquícolas, reconhece o potencial de áreas geográficas para implantar empreendimentos e construções aquícolas;
- Reconhecem os aspectos biológicos e fisiológicos das principais espécies de cultivo e aplica os princípios de nutrição e de manejo alimentar das principais espécies cultivadas;
- Utilizam tecnologias no cultivo e captura de organismos aquáticos ornamentais;
- Tenham competência técnica e tecnológica em sua área de atuação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

- Tenham formação humanística e cultura geral integrada à formação técnica;
- Tenham atitude empreendedora frente aos desafios impostos pelo mundo do trabalho;
- Estejam preparados para o trabalho e o exercício da cidadania, de modo a serem capazes de se adaptar com criatividade e dignidade às novas demandas produtivas e sociais;
- Atuem com base em princípios éticos e de maneira sustentável;
- Sejam capazes de conviver harmoniosamente em sociedade, respeitando a pluralidade de culturas, povos e ideias diferentes;
- Sejam cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos na busca de novos conhecimentos.

2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

2.1 Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão

O Ensino oferecido pelo IFAC compreende a oferta dos cursos de formação inicial e continuada, de educação profissional técnica de nível médio e de educação superior de graduação e pós-graduação. A construção da organização curricular será pautada na articulação dos saberes (conhecer, fazer, ser e conviver), equacionando os atos com os recursos disponíveis para o desenvolvimento de uma educação qualitativa.

Os cursos técnicos de nível médio são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades dos *campi*.

Desse modo, as ações se consolidarão por meio da construção da oferta de uma educação de excelência, comprometida com a identidade e missão institucional, contemplando tanto os aspectos políticos, técnicos, econômicos e culturais, permeando as questões da diversidade cultural, preservação ambiental, inclusão digital e social. Para tanto, o ensino deverá se alicerçar nas relações dialógicas, éticas e inclusivas,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

considerando as diversidades culturais e sociais, comprometendo-se com a formação cidadã e democrática.

As políticas dos diferentes níveis de ensino do IFAC são pautadas no incentivo a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, com ênfase, na educação para os direitos humanos, educação ambiental, estudo das relações étnico-raciais e desenvolvimento nacional sustentável, priorizando a autonomia, a inclusão e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no desenvolvimento da ação educativa.

As ações de pesquisa regulamentadas pela Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROINP) busca firmar-se como instituição de referência no que tange à pesquisa, inovação e pós-graduação, contribuindo para a formação humana e, conseqüentemente, para o desenvolvimento sustentável do estado do Acre.

A extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC é entendida como prática educacional que integra pesquisa e ensino. Suas atividades serão estabelecidas por meio de programas e projetos de extensão, afim de que ocorra de forma articulada, a relação entre o conhecimento acadêmico e o popular, como também, considere a realidade econômica e regional que se apresenta atualmente nas demandas dos *campi*.

As atividades de extensão deverão se basear em uma análise fundamentada nas necessidades e interesses apresentados pela comunidade acadêmica, em cada campus. Isso deverá ocorrer de acordo com o eixo tecnológico, e em articulação com a vocação e qualificação acadêmicas dos docentes e técnicos administrativos em educação, do quadro efetivo da instituição, e discentes envolvidos.

2.2 Políticas de Apoio ao Estudante

Os itens abaixo apresentarão as políticas do IFAC voltadas ao apoio ao estudante, destacando-se as políticas de assistência estudantil e educação inclusiva.

2.2.1 Assistência Estudantil



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

A Política de Assistência Estudantil, através da Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil – DSAES, está voltada exclusivamente para o aluno priorizando a permanência e conclusão de cursos técnicos, tecnológicos e superiores. Por isso, são desenvolvidas ações capazes de dar suporte pedagógico, psicológico e de assistência social, visando promover a inclusão e a formação profissional e cidadã dos discentes, consolidando os pilares da Educação Profissional, Científica e Tecnológica dos Institutos Federais de Educação.

Nesse sentido, o IFAC trabalha com o Programa de Apoio Socioeconômico, na modalidade de auxílio permanência que consiste em um repasse financeiro mensal aos discentes que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para que através deste seja suprida as demandas no tocante ao custeio do transporte, alimentação e compra de material didático. Os Programas desenvolvidos são:

- **Auxílio Permanência:** Tem o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico. Deverá prover assistência adicional aos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica, através de auxílio financeiro, de modo a subsidiar o acesso ao transporte, alimentação e material didático. O acesso ao Programa se dá por meio de seleção por edital e análise socioeconômica, realizada pela equipe de Assistência Estudantil do Campus.
- **Esporte, Cultura e Lazer:** Tem o objetivo de implementar projetos cujas atividades visam contribuir para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, corporais, sócio interacionais e culturais dos estudantes, de modo a proporcionar melhor desempenho estudantil e qualidade de vida. O acesso ao Programa se dá por meio de seleção por edital específico.
- **Monitoria:** Tem como finalidade promover a cooperação mútua entre discentes e docentes e a vivência com o professor e com as suas atividades técnico-didáticas, contribuindo para o fortalecimento dos cursos ofertados no IFAC. Além disso, tem como objetivo estimular a participação dos alunos no processo educacional e nas atividades relativas ao ensino e à vida acadêmica; promover atividades para superação das dificuldades de aprendizagem, visando à permanência exitosa dos alunos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

oportunizar crescimento pessoal e profissional; possibilitar a socialização de conhecimentos por meio da interação entre estudantes; favorecer a cooperação entre docentes e estudantes, visando à melhoria da qualidade do ensino.

Para o desenvolvimento dessas ações cada Campus possui o Núcleo de Assistência Estudantil (NAES) que está vinculado à Direção de Ensino (DIREN) e à Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil (DSAES) do IFAC, que juntamente com uma equipe especializada de profissionais e de forma articulada com os demais setores da Instituição, trata dos assuntos relacionados ao acesso, permanência, sucesso e participação dos alunos no espaço escolar.

O NAES é responsável ainda pela execução dos Programas de Assistência Estudantil e pelo desenvolvimento de ações educativas e preventivas voltadas ao acompanhamento dos estudantes e famílias. O acompanhamento se dá por meio de atendimentos psicossociais, atendimentos psicológicos, visitas domiciliares, realização de palestras e outras atividades, apoio ao movimento estudantil (Grêmios e DCE).

2.2.2 Educação Inclusiva

Entende-se como inclusão educacional o desenvolvimento de ações que possibilitem a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino, através do acompanhamento e atendimento de todos, respeitando as diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, cultural, entre outras.

O atendimento aos educandos com deficiência está previsto na Constituição Federal de 1988, Art. 208, inciso III, como dever do Estado mediante a garantia de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

As alterações dadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96, artigo 4º, inciso III, incluem, além do atendimento aos educandos com



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, sendo transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

A promoção da acessibilidade é garantida pela Lei 10.098/00 que visa a eliminação de barreiras, e o atendimento prioritário é assegurado pela Lei 10.048/00. A regulamentação de ambas as leis surge a partir do decreto 5.296/04, que define que o atendimento deve ser diferenciado e imediato e implementa as formas de acessibilidade arquitetônica e urbanística, aos serviços de transporte coletivo, à informação e comunicação e ajudas técnicas.

Através do Decreto Legislativo 186/2008 é aprovado o texto da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, e ratificado através da promulgação do Decreto nº 6.949/2009, este, com status de emenda constitucional, estabelece que todos os propósitos nela contidos devem ser executados e cumpridos, entre eles, a oferta de Educação Inclusiva, conforme as diretrizes do Art.º 24, que defende um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, com a construção de escolas e com a comunidade acadêmica, representada por professores, alunos, familiares, técnicos, funcionários, capazes de garantir o desenvolvimento integral de todos os alunos, sem exceção, através da minimização de barreiras arquitetônicas, comunicação, metodológicas, tecnológicas e atitudinais.

Recentemente foi instituído o Estatuto da Pessoa com Deficiência através da Lei da Inclusão nº 13.146/15, que confirma os direitos à acessibilidade, igualdade, não discriminação, o atendimento prioritário, os direitos fundamentais, dentre estes, à educação através do um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades com condições de acesso e permanência.

O IFAC, assim, cumprindo a regulamentação das Políticas de Inclusão (Dec. N° 5.296/2004) e da legislação relativa às questões étnico-raciais (Leis 10.639/03 e 11.645/08, e Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004) atende a essas demandas a partir da inserção dos núcleos abaixo expostos e respectivas políticas educacionais correlatas:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

2.2.2.1 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

No IFAC, o atendimento ao estudante portador de Necessidades Educacionais Específicas tem como base a legislação nacional vigente e está institucionalizado através de normas internas, como a Resolução 162/2013 - que dispõe sobre a Organização Didática Pedagógica da instituição (ODP), e a Resolução 145/2013 – que regulamenta a organização, o funcionamento e as atribuições do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).

A ODP define, no Título VI, o atendimento educacional aos discentes com Necessidades Educacionais Específicas, considerando como tal os estudantes com deficiências diversas, transtorno global de desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação que, após apresentação de laudo médico, deverão ter as condições de acesso, permanência e sucesso, estabelecidas através do NAPNE.

O NAPNE é um órgão de assessoramento, a quem cabe auxiliar o Campus no desenvolvimento de ações que propiciem a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas dos programas de inclusão, dos cursos técnicos, tecnológicos e superiores, respeitando os dispositivos legais, as orientações para inclusão do Ministério de Educação e as políticas de inclusão do IFAC.

Quanto a composição, O NAPNE possui uma coordenação em cada Campus do IFAC, sendo a equipe composta por um coordenador, docentes e técnicos, e tem as suas atividades voltadas, sobretudo, para o incentivo à formação docente na perspectiva da inclusão e o monitoramento da acessibilidade, desenvolvendo ações e estudos que propiciem a inclusão de estudantes com dificuldades na aprendizagem, advindas de fatores diversos, a exemplo das altas habilidades, disfunções neurológicas, problemas emocionais, limitações físicas e ausência total e/ou parcial de um ou mais sentidos da audição e/ou visão. Dentre as competências do NAPNE, destacam-se:

I – A disseminação da cultura da inclusão no âmbito do IFAC através de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas de inclusão nas esferas municipal, estadual e federal;

II - Contribuir na implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos alunos com necessidades específicas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

III - Estimular o espírito de inclusão na comunidade interna e externa, de modo que o aluno, em seu percurso formativo, adquira conhecimentos técnicos, científicos e também valores sociais consistentes, que o levem a atuar na sociedade de forma consciente e comprometida;

IV - Criar na instituição, a cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidade, promovendo a quebra das barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas;

V - Atuar no sentido de incentivar a implantação de componentes curriculares referentes à educação especial no currículo;

VI - Colaborar no desenvolvimento de projetos de educação inclusiva envolvendo docentes e discentes.

Somadas as atividades desenvolvidas pelo NAPNE, cada Campus realiza ações inclusivas de forma sistemática e integrada, através de uma ação conjunta envolvendo a direção de ensino, coordenação do curso e demais setores ligados a assessoria do ensino, como COTEP e NAES, que dão suporte psicossocial, didático pedagógico e os encaminhamentos devidos para cada necessidade apresentada pelos estudantes portadores de alguma deficiência. Assim, ordinariamente e, sempre que necessário, o IFAC/Campus Cruzeiro ainda desenvolve as políticas inclusivas abaixo detalhadas:

Tradutor Intérprete de Libras: Especificamente para estudantes surdos, usuários de uma língua viso-espacial, a Libras, já reconhecida oficialmente pela Lei 10.436/02, sempre que necessário, o Campus disponibiliza Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa e capacita os docentes, para que estes sejam conhecedores da singularidade linguística desse alunado, adotando mecanismos de avaliação coerentes e alternativos para que a expressão dos conhecimentos adquiridos possam ser em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo conforme previsto no Decreto 5.626/05.

Ainda visando minimizar as barreiras comunicacionais, metodológicas, tecnológicas e atitudinais que afetam os portadores de necessidades específicas, a Instituição realiza, conforme cada caso, **a adaptação curricular e pedagógica e o atendimento educacional especializado**, propondo serviços, instrumentos, recursos (inclusive tecnológicos) e metodologias condizentes com a realidade do estudante especial. Além disso, promove, internamente ou através de parcerias com outros órgãos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

educacionais afins, capacitações voltadas para os servidores e eventos culturais e científicos que tratam da temática educação inclusiva, mais especificamente, da sensibilização e reconhecimento das necessidades e direitos ligados aos portadores de necessidades especiais.

Condições de Acessibilidade: Em cumprimento a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a NBR 9050/2004 da ABNT, ao Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e a Portaria nº 3.284/2003, no concernente a promoção da acessibilidade arquitetônica, o Campus possui rampas de acesso, estacionamento específicos e outros espaços adaptados às necessidades das pessoas portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida. Além disso, para facilitar a acessibilidade das pessoas com deficiência visual aos diversos ambientes físicos da Instituição, o Campus disponibiliza na entrada principal do prédio um mapeamento em braille dos principais espaços de circulação, com a indicação dos blocos pedagógico e administrativo, área de convivência e quadra poliesportiva, bem como, todos os ambientes de apoio acadêmico e administrativo são devidamente identificados com placas em braille. Posto isso, a Instituição buscará aprimorar as condições existentes, readequando ambientes e/ou implantando novos espaços.

Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista: em cumprimento a Lei 12.764/2012, ainda no âmbito das políticas inclusivas, o IFAC – Campus Cruzeiro promove o incentivo a conscientização e o comprometimento dos servidores e estudantes com as necessidades das pessoas com autismo. Nesse sentido, através da parceria com o NAPNE e de uma ação conjunta entre gestão, coordenação do curso e demais setores de assessoria do ensino, há o desenvolvimento de ações e estudos enfocando os direitos ligados à inclusão dessas pessoas na educação formal, como formas de diagnóstico, aceitação, atendimento multiprofissional e acompanhamento especializado, de modo que favoreça o acolhimento, a permanência e o êxito das pessoas com autismo no ambiente escolar.

2.2.2.2 NEABI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFAC é um grupo de trabalho responsável por desenvolver ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, que promovam o cumprimento efetivo das Leis nº. 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e os demais instrumentos legais correlatos.

O NEABI do Campus Cruzeiro, criado pela Resolução IFAC nº. 096 de 18 de dezembro de 2015, é um instrumento propositivo e consultivo que estimula e promove ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas à temática das identidades e relações étnico raciais, especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa, visando conscientizar de forma a diminuir e/ou superar a discriminação e o preconceito racial.

Quanto a constituição do Núcleo, no Campus Cruzeiro o NEABI é composto por uma coordenação e membros efetivos representantes dos segmentos acadêmicos, entre os quais, docentes, técnicos administrativos e discentes, podendo ser convidadas pessoas ligadas às associações, grupos de pesquisas, centros de estudos ou representações do movimento negro e do movimento indígena da região com interesse em participar de reuniões e ações do núcleo.

Nos cursos técnicos, o NEABI atua no sentido de propor atividades curriculares e conteúdos que contemplem a temática da educação das relações étnico-raciais, bem como, fomentar ações de ensino e extensão, como cursos, oficinas, seminários, conferências, simpósios, palestras, exposições de trabalhos e atividades artístico culturais, entre outras ações que estejam voltadas às diversidades e direitos humanos em geral. Demais atribuições e finalidades do NEABI no Campus, serão tratados em resolução e regimento específico.

Desta forma, o IFAC busca viabilizar o atendimento das políticas de inclusão, através de ações integradas pelas equipes gestoras e auxiliares no âmbito de cada Campus e da criação e implementação dos Núcleos supracitados, visando fortalecer as ações inclusivas que garantam o acesso, o acolhimento, a permanência e o sucesso de todos os estudantes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

3.1. Fundamentação Legal e Normativa

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Recursos Pesqueiros foi elaborado em observância as determinações contidas nos seguintes dispositivos legais e normativos:

LEIS FEDERAIS

- ✓ **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.**
- ✓ **Lei nº 9.394/1996** – Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- ✓ **Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999** - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- ✓ **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000** - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
- ✓ **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000** - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- ✓ **Lei nº 10.436/2002** - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
- ✓ **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008** - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- ✓ **Lei 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008** - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
- ✓ **Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008** - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho –



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

- ✓ **Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012** - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- ✓ **Lei nº 13.146/2015** - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

OUTROS

- ✓ **Portaria MEC nº 3.284, de 7 de novembro de 2003** - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
- ✓ **Portaria MEC nº 400, de 10 de maio de 2016** - Dispõe sobre as normas para funcionamento do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – Sistec;
- ✓ **ABNT 9050/2004** - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

DECRETOS

- ✓ **Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002** - Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- ✓ **Decreto nº 5.154, de 2004** - Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

- ✓ **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004** - Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- ✓ **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005** - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- ✓ **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009** - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
- ✓ **Decreto Nº 7.022 de 2 de dezembro de 2009** - Estabelece medidas organizacionais de caráter excepcional para dar suporte ao processo de implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada pela Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e dá outras providências;
- ✓ **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011** - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
- ✓ **Decreto nº 8368, de 2 de dezembro de 2014** - Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;

PARECERES E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

- ✓ **Parecer CNE/CEB nº 17/1997** – Estabelece as Diretrizes Operacionais para Educação Profissional em Nível Nacional.
- ✓ **Parecer CNE/CEB n. 39, de 8 de dezembro de 2004** - Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.
- ✓ **Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004** – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

- ✓ **Resolução CNE/CP 01, de 17 de junho de 2004** - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- ✓ **Resolução CNE/CEB n. 3, de 09 de julho de 2008** - Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.
- ✓ **Parecer CNE/CEB n. 7, de 07 de abril de 2010** - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- ✓ **Resolução CNE/CEB n. 4, de 13 de julho de 2010** - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- ✓ **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014** - Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012.
- ✓ **Resolução CNE/CEB nº 03, de 30 de setembro de 2009** - Dispõe sobre a instituição Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), em substituição ao Cadastro Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT), definido pela Resolução CNE/CEB nº 4/99.
- ✓ **Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012** – Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Ambiental.
- ✓ **Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012** – Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- ✓ **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012** - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- ✓ **Parecer CNE/CB n. 11, de 04 de setembro de 2012** – Trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- ✓ **Resolução CNE/CEB n. 6, de 20 de setembro de 2012** - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

LEGISLAÇÃO ASSOCIADA AO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

- ✓ **Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968** - Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio.
- ✓ **Decreto nº 90.922/1985. NR nº 31 de 2005 – MTE** - Regulamenta a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau.
- ✓ **Decreto nº 4.560, de 30 de dezembro de 2002** - Altera o Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau.
- ✓ **Resolução CONFEA nº 473, de 26 de novembro de 2002** - Institui Tabela de Títulos Profissionais do Sistema CONFEA/CREA e dá outras providências.
- ✓ **Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005** - Dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.

A organização curricular do curso observa ainda as seguintes normativas institucionais do IFAC:

- ✓ **Resolução CONSU/IFAC n. 162, de 09 de setembro de 2013** - Dispõe sobre a Organização Didática Pedagógica do IFAC.
- ✓ **Resolução CONSU/IFAC nº. 149, de 12 de julho de 2013** - Regulamenta os estágios dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC.
- ✓ **Resolução IFAC nº. 096, de 18 de dezembro de 2015** – Dispõe sobre a criação do NEABI, *Campus* Cruzeiro do Sul, e dá outras providências.
- ✓ **Resolução IFAC nº. 145, de 12 de julho de 2013** – regulamenta o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

3.2. Orientações Metodológicas

A concepção metodológica proposta no Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Recursos Pesqueiros traz como orientação central articular teoria e prática, aproximando o conhecimento técnico científico da vida laboral e comunitária dos estudantes. O objetivo é criar condições teórico-metodológicas para que os alunos façam diagnósticos, problematizem sua realidade e reelaborem suas práticas de intervenção profissional, social e política a partir das leituras teóricas, fazendo conexão dos saberes científicos e empíricos com o mundo do trabalho.

O curso abordará um elenco de conhecimentos elaborados segundo distintos conteúdos e disciplinas estruturadas visando proporcionar ao longo da formação do técnico, as competências e habilidades preconizadas no perfil profissional de conclusão. Para isso, as disciplinas, especialmente as específicas, terão incluídas em sua organização uma dimensão prática. Os conteúdos e atividades propostas terão como referência a realidade vivida no contexto do campo, suas fragilidades e avanços, buscando a compreensão de aspectos culturais, dos saberes e conhecimentos formais e informais, considerando: as formas de organização da vida e da produção, as comunidades e suas peculiaridades, e a elaboração de projetos e tecnologias que visem o desenvolvimento dessas populações e sua inserção no mercado de forma sustentável.

A preocupação central do presente projeto pedagógico diz respeito à busca da indissociabilidade entre as atividades cotidianas de ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, à medida que forem sendo abordados e discutidos os elementos teóricos e conceituais das disciplinas, serão oportunizados espaços para que os estudantes participem e observem os arranjos produtivos, os saberes tradicionais e apliquem a teoria aprendida na prática, construindo novos conhecimentos, na perspectiva da formação qualitativa e comprometida com a transformação social e econômica.

Visando efetivar sua proposta metodológica para o curso de Técnico em Recursos Pesqueiros, o IFAC – *Campus* Cruzeiro buscará instalar unidades didáticas demonstrativas, bem como possui laboratório de processamento de pescado (trailer) resultado da presença do Núcleo de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura no IFAC – NUPA NORTE 8. Da mesma forma, o *Campus* tem histórico de parcerias junto a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

empresários do setor da pesca e aquicultura do município e do estado, colônias de pescadores, cooperativas de piscicultores/aquicultores, comunidades rurais, ONGs, OSCIPs e órgãos públicos, o que permitirá aos alunos acessarem espaços para aulas práticas, visitas técnicas, simulações, diagnósticos, projetos, pesquisa e extensão, ações essas orientadas pelo corpo docente do curso ao longo de todo o processo formativo.

Conforme o exposto, o curso possibilitará aos alunos estudar sua realidade, pesquisar, inovar e desenvolver projetos e práticas que lhes permitam o domínio de fundamentos, princípios e bases científicas seguras para atuarem em diferentes instâncias do mercado profissional: empreendedorismo, pesquisa, extensão e assistência técnica, no espaço público e privado, bem como contribuir com o progresso sustentável da região.

3.3 Estrutura Curricular

A organização curricular do curso observa as determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como nos princípios e diretrizes definidos no Projeto Pedagógico Institucional do IFAC.

De acordo com sua proposta pedagógica, o curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Recursos Pesqueiros será ofertado regularmente de segunda a sexta-feira no período vespertino. Além das aulas nos dias letivos normais, extraordinariamente e sempre que necessário, os alunos poderão ter aulas no contraturno e aos sábados, conforme previstos em calendário acadêmico do *Campus*. Os horários serão organizados semanalmente com duração da hora aula de 50 minutos, sendo seis ou cinco tempos no turno regular. O regime acadêmico do curso está organizado em 03 (três) períodos letivos de periodicidade semestral, verticalizados e sequenciais, apresentando uma carga horária total de 1.110 horas relógio, incluindo a prática profissional. O prazo máximo de integralização do curso será de até quatro semestres e meio.

A organização do currículo está estruturada, intrinsecamente, em dois núcleos articuladores do saber: Núcleo Básico e Profissional. Sendo que o núcleo básico é



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

composto pelas disciplinas instrumentais à formação do técnico, as quais darão suporte interdisciplinar a compreensão e assimilação dos conhecimentos tecnológicos inerentes a habilitação profissional, como Português Instrumental, Matemática Instrumental e Informática Aplicada. O Núcleo profissional abrange todas as demais disciplinas inerentes à formação técnica específica do curso, as quais buscam atender as competências estabelecidas pelo eixo tecnológico, de acordo com o perfil profissional pretendido e as regulamentações legais do exercício da profissão. Enquanto componente curricular, a prática profissional integra a dimensão teórico-prática das disciplinas e permeia todo o processo formativo. O estágio figura como *não* obrigatório, e caso o estudante opte por realizá-lo, poderá ser aproveitado no currículo como atividade extracurricular, seguindo a legislação atualizada, assim como os requisitos institucionais estabelecidos. Assim, após vencidos com sucesso todos os três períodos previstos na estrutura curricular, o percurso formativo se integraliza com a habilitação técnica correspondente ao perfil profissional de conclusão.

Por fim, visando cumprir aspectos legais em torno das temáticas obrigatórias em todos os níveis e modalidades da Educação Básica, a estrutura curricular do curso também contempla conteúdos especiais relacionados, dentre outros, a ética profissional, as relações étnico raciais, aos Direitos Humanos e ao meio ambiente. Os quais serão tratados transversalmente no currículo, através de atividades ligadas a extensão, a pesquisas e projetos interdisciplinares que deverão ocorrer ao longo de todo o percurso formativo. Além disso, essas temáticas serão abordadas em disciplinas que guardam maior afinidade com o assunto, como Limnologia e Ecologia de Ambientes Aquáticos, Saúde e Segurança do Trabalho, Introdução a Oceanografia, Legislação Pesqueira e Aquícola e Extensão Pesqueira.

3.4 Matriz Curricular

A matriz curricular apresentada a seguir demonstra a sistematização e ordenação semestral do oferecimento das disciplinas.

Tabela 01 - Matriz Curricular do Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Recursos Pesqueiros.

1º SEMESTRE					
DISCIPLINAS	CH(h/r)	CH T(h/r)	CH P(h/r)	CH (h/a)	CHS(h/a)
Português Instrumental	45	35	10	54	3
Informática Aplicada	45	30	15	54	3
Matemática Instrumental	45	35	10	54	3
Qualidade de Água	45	30	15	54	3
Limnologia e Ecologia de Ambientes Aquáticos	45	30	15	54	3
Saúde e Segurança do Trabalho	30	20	10	36	2
Introdução a Pesca e Aquicultura	45	35	10	54	3
Introdução a Oceanografia	30	25	05	36	2
Natação	30	05	25	36	2
Total	360	245	115	432	24

2º SEMESTRE					
DISCIPLINAS	CH(h/r)	CH T(h/r)	CH P(h/r)	CH (h/a)	CHS (h/a)
Topografia e Construções Aquícolas	45	30	15	54	3
Reprodução e Larvicultura de Organismos Aquáticos	45	30	15	54	3
Manejo Produtivo de Organismos Aquáticos	45	30	15	54	3
Cultivo e Captura de Peixes Ornamentais	45	30	15	54	3
Alimentação e Nutrição de Organismos Aquáticos	45	30	15	54	3
Administração e Economia Pesca e aquicultura	45	35	10	54	3
Biologia e Fisiologia de Organismos Aquáticos	45	35	10	54	3
Legislação Pesqueira e Aquícola	45	35	10	54	3
Total	360	255	105	432	24

3º SEMESTRE					
DISCIPLINAS	CH(h/r)	CH T (h/r)	CH P (h/r)	CH (h/a)	CHS (h/a)
Tecnologia Pesqueira	45	30	15	54	3
Confecção e Manutenção de Apetrechos de Pesca	45	30	15	54	3
Máquinas e Motores utilizados na Pesca e Aquicultura	30	20	10	36	2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Condução e Comunicação de Embarcações Pesqueiras	45	30	15	54	3
Tecnologia e Processamento do Pescado	45	30	15	54	3
Empreendedorismo e Inovação	45	35	10	54	3
Planejamento e Gestão Aquícola e Pesqueira	45	30	15	54	3
Extensão Pesqueira	45	30	15	54	3
Tópicos de Dinâmica e Avaliação de Recursos Pesqueiros	45	30	15	54	3
Total	390	265	125	468	26

Tabela 02 – Resumo da Carga Horária do Curso

RESUMO

Componentes Curriculares	Carga Horária Relógio	Carga Horária em Aulas
Total da Carga Horária Teórica das Disciplinas dos Núcleos Básico e Profissional	765	918
Total da Carga Horária da Prática Profissional	345	414
Total da Carga horária do Curso	1.110 h	1.332 h/a

3.5 Prática Profissional

A prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao estudante enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias de cada habilitação profissional de técnicas e correspondentes etapas de qualificação e de especialização profissional técnica de nível médio, conforme Resolução CNE/CEB nº 6/2012 – CNTE (Art. 21).

A prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como estágio profissional, experimentos e atividades



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

Neste contexto, a prática profissional no curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Recursos Pesqueiros integra a carga horária mínima das disciplinas dos núcleos básico e profissional durante todo o itinerário formativo. Será realizada por meio de participação nas atividades das Unidades Produtivas da instituição, empresa pública ou privada, ONGs, OSCIPs, Colônias ou sindicatos/associações de Pescadores e aquicultores e/ou desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou projetos de extensão, podendo ser desenvolvidos no próprio IFAC, na comunidade e/ou em locais de trabalho, objetivando a integração entre teoria e prática, com base na interdisciplinaridade, resultando em relatórios sob o acompanhamento e supervisão docente da área, fundamentada nos saberes e conhecimentos explicitados ao longo de todo o curso, a fim de garantirmos a sua sincronicidade com os conhecimentos científicos e tecnológicos empreendidos (IFRN, 2011; IFS, 2012).

4. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem do Curso Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros seguem as disposições da Organização Didático Pedagógica (ODP) do IFAC. Nesse sentido, a proposta pedagógica do curso prevê uma avaliação contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada no processo ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa, que devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades e que funcione como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, conforme estabelece a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).

Dentre os instrumentos e técnicas de avaliação que poderão ser utilizados destacam-se: a observação contínua pelos docentes, a participação, produção de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

relatórios, as fichas de acompanhamento, os trabalhos individuais e em grupo, resolução de problemas e exercícios, provas escritas e orais, atividades práticas e a autoavaliação. Nessa perspectiva, a avaliação deverá contemplar os seguintes critérios: domínio de conhecimentos; participação; criatividade; autoavaliação; análise do desenvolvimento integral do discente no período letivo e outras observações registradas pelos docentes.

Tendo por base os procedimentos e critérios acima expostos, a avaliação do desempenho escolar nos cursos técnicos subsequentes é feita por disciplina e global, com periodicidade de oferta e expressão dos resultados finais em formato semestral, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento, conforme as diretrizes da LDB. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas. Todas as avaliações de aprendizagem referentes às disciplinas dos currículos dos cursos do IFAC deverão ser expressas em notas, numa escala de 0,0 (zero vírgula zero) a 100,0 (cem), sempre com uma casa decimal.

Quanto à frequência, será considerado o art. 47, § 3º, da LDB, que dispõe sobre a obrigatoriedade de frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação à distância, que se regem por outras disposições. É admitida, para a aprovação, a frequência mínima de 75% do total de horas letivas do período, em conformidade com o disposto no inciso VI, do art. 24 da LDB. Não há amparo legal ou normativo para o abono de faltas a estudantes que se ausentem regularmente dos horários de aulas devido às convicções religiosas.

O regime de exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre tratamento excepcional para estudantes portadores das afecções que indica, constitui-se em exceção à regra estabelecida na LDB. A sua aplicação deverá ser considerada institucionalmente, caso a caso, de modo que qualquer distorção, por parte do aluno ou da instituição de ensino, possa ser corrigida com a adoção de medidas judiciais pertinentes. Além disso, a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, dispõe que a partir do oitavo mês de gestação, e durante os três meses subsequentes, a estudante grávida ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares. Não existem outras exceções.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

De acordo com o Art. 143 da ODP do IFAC, nos cursos técnicos subsequentes as médias parciais são semestrais e serão obtidas por meio de aritméticas simples, devendo ser utilizados, em cada semestre, por disciplina, no mínimo dois instrumentos de avaliação para compor a média parcial, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Média Parcial} = (N_1 + N_2 + \dots + N_n)/n$$

Legenda:

N_1 = Avaliação Obrigatória

N_2 = Avaliação Obrigatória

N_n = Outras avaliações

n = Quantidade de Avaliações

Os instrumentos de avaliação, bem como os pesos atribuídos a cada um deles deverão ser divulgados pelo professor no início do respectivo período letivo.

Será considerado aprovado preliminarmente o aluno que obtiver média parcial igual ou superior a 70,0 (setenta) pontos, em cada componente curricular, e frequência igual ou superior a 75% da carga horária total das aulas ministradas no período letivo.

O aluno que obtiver média parcial inferior a 40 (quarenta) pontos em qualquer componente curricular e/ou frequência inferior a 75% da carga horária total das aulas ministradas no período letivo, estará, automaticamente, reprovado no componente curricular e retido no período letivo.

Submeter-se-á a avaliação final da disciplina o discente que apresentar frequência mínima de 75% da carga horária total prevista para o período letivo e obtiver média parcial inferior a 70 (setenta) e igual ou superior a 40 (quarenta). A avaliação final poderá ser escrita ou prática, abordando os conhecimentos trabalhados na respectiva disciplina durante o período letivo. Em casos excepcionais, a avaliação final poderá ser aplicada independentemente do período previsto no Calendário Acadêmico, mediante aprovação da coordenação de curso. O discente submetido à avaliação final será considerado aprovado se obtiver média final igual ou superior a 50 (cinquenta).

A média final será obtida por meio da expressão abaixo:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

$$\text{Média Final} = \text{Média Parcial} + \text{Avaliação Final} / 2$$

Durante todo o processo formativo será assegurando ao discente dos cursos técnicos os estudos de recuperação que dará ao estudante a oportunidade de revisar os conteúdos e também de ser submetido à outra avaliação. Cada docente deverá propor, em seu planejamento, estratégias de aplicação da recuperação paralela, bem como de atividades de atendimento ao estudante, dentre outras atividades, visando à aprendizagem dos estudantes, as quais deverão estar previstas no plano de ensino, com a ciência da Coordenação do Curso.

Os resultados das avaliações devem ser registrados nos diários de classe juntamente com a frequência acadêmica e entregues no setor de Registro Escolar (ou lançados no Sistema Escolar) obrigatoriamente após o fechamento do período letivo.

Demais critérios de verificação do desempenho acadêmico dos estudantes são tratados pela ODP e outros regulamentos específicos.

5. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS ANTERIORES

Nos cursos técnicos subsequentes será concedido ao aluno o direito de aproveitamento de estudos concluídos com êxito. Compreende-se o aproveitamento de estudos como a possibilidade de aproveitamento de disciplinas estudadas em outro curso do mesmo nível de ensino ou em superior de graduação; e a certificação de conhecimentos como a possibilidade de certificação de saberes adquiridos através de experiências previamente vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar, por meio de uma avaliação teórica ou teórico-prática, conforme as características da disciplina. Em ambos os casos, com o fim de alcançar a dispensa de disciplinas integrantes da matriz curricular do curso.

Os aspectos operacionais e demais critérios relativos ao aproveitamento de estudos e à certificação de conhecimentos, adquiridos através de experiências



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

vivenciadas previamente ao início do curso, são tratados pela Organização Didático Pedagógica (ODP) do IFAC e outros regulamentos específicos.

6. EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA E CERTIFICADOS

Após integralizar com êxito todas as disciplinas e demais atividades previstas neste Projeto Pedagógico de Curso, tendo em vista a conclusão do Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Recursos Pesqueiros, o aluno fará jus ao Diploma de **Técnico em Recursos Pesqueiros**.

7. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Tabela 03 - Corpo Docente

NOME	FORMAÇÃO INICIAL	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Adrielen Moraes Corti	Bacharel em Engenharia Ambiental	Mestre em Ciências Ambientais	DE
Ageane Mota da Silva	Licenciada em Ciências Biológicas	Mestre em Educação Agrícola	DE
Andrenizia Aquino Eluan da Rosa	Tecnóloga em Processamento de Dados	Mestre em Ciência da Informação	DE
Ana Cláudia Silva Dias	Bacharel em Zootecnia	Mestre em Zootecnia	DE
Antony Evangelista de Lima	Bacharel em Engenharia de Pesca	Mestre em Recursos Pesqueiros e Aquicultura	DE
Bráulio de Medeiros Gonçalves	Licenciado em História e Bacharel em Direito	Mestre profissional em Teologia	40 H
Carlos Henrique Proffrio Marques	Bacharel e Licenciado em Engenharia de Pesca	Mestre em Engenharia de Pesca	DE
Cristiano José Ferreira	Tecnólogo em Informática para Gestão de Negócios	Especialista em Gestão Estratégica de Marketing em Negócios	DE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Edilene da Silva Correia	Bacharel em Direito	Especialista em Gestão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica	DE
Ellan Rodrigo Monteiro Paes Fernandes	Bacharel em Engenharia de Pesca	Mestre em Mestrado em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos	DE
Emanuela Costa Fernandes	Bacharel em Zootecnia	Mestre Profissional em Zootecnia	DE
Fabiano Silveira Paiva	Bacharel em Medicina Veterinária	Mestre Profissional em Zootecnia	DE
Francisco Diétima da Silva Bezerra	Bacharel em Ciências Econômicas	Mestre em Desenvolvimento Regional	DE
Jose Julio Cesar do Nascimento Araujo	Licenciado em Letras Português	Mestre em Desenvolvimento Regional	DE
Jozângelo Fernandes da Cruz	Bacharel em Engenharia Agrônoma	Mestre em Produção Vegetal	DE
Rodrigo Marciente Teixeira da Silva	Licenciado em Ciências Biológicas	Mestre em Ciências Biológicas - Ecologia	DE
Maiane do Monte Souza Oliveira Araújo	Licenciada em Matemática e Pedagogia	Especialista em Pedagogia Gestora	DE
Marcelo Barbosa Viana	Licenciado e Bacharel em Matemática	-	DE
Mirna Suelby Martins da Rocha	Licenciada em Letras Português	Mestre em Letras: Linguagem e Identidade	DE
Orleilson Agostinho Rodrigues Batista	Licenciado em Matemática e Pedagogia	Especialista em Concentração em Matemática	DE
Pedro Fabrício Silva Oliveira	Licenciado em Matemática	Especialista em Ensino da Matemática	DE
Poliana Batista de Aguiar	Bacharel em Zootecnia	Doutor em Zootecnia	DE
Raphaela Bomfim de Oliveira	Licenciada em Ciências Biológicas	Especialista em Gestão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica	DE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Sandra Cristina Vieira Jucá	Bacharel em Administração	-	DE
Valéria Barbosa Ferreira Silveira	Licenciada em Letras Português	Mestre em letras	DE
Vilma Luisa Siegloch Barros	Licenciada em Matemática	Mestre Profissional em Ensino de Ciências e Matemática	DE
Wiviane Fonseca Ribeiro	Tecnóloga em Alimentos	-	DE

Tabela 04 - Corpo Técnico Administrativo em Educação

Nome	Formação	Regime de Trabalho	Cargo
NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE (NAES)			
Kelvyla Lima da Silva	Licenciada em Letras Português	40h	Técnica em Assuntos Educacionais
Maria Antonieta da costa Falcão	Bacharel em Serviço Social	40h	Assistente Social
Naiara de Oliveira Silva	Médio Técnico em Enfermagem	40h	Técnica em Enfermagem
Nelzira Prestes da Silva Guedes	Bacharel em Psicologia; Mestre em Psicologia	40h	Psicóloga
COORDENAÇÃO TÉCNICO PEDAGÓGICA (COTEP)			
Manoel Ronaldo da Silva Camillo	Licenciado em Pedagogia	40h	Técnico em Assuntos Educacionais
Maria da Glória Holanda do Nascimento	Licenciada em Pedagogia	40h	TAE – Pedagogia
Erika Fernandes da Costa	Licenciada em Pedagogia	40h	TAE – Pedagogia
Ronegildo de Souza Silva	Licenciado em Pedagogia	40h	TAE – Pedagogia
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO DO CURSO (APOIO TÉCNICO)			
Irassâmia de Araújo Castro	Ensino Médio	40 h	Assistente em Administração
Mary Clicia da Costa Moraes	Licenciada em Pedagogia	40h	Técnica em Assuntos Educacionais
BIBLIOTECA			
Gracilene Barbosa Fiqueredo	Graduada em Biblioteconomia	40	Bibliotecária
Maiane Rafaela Silva de	Ensino Médio	40	Auxiliar de Biblioteca



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Oliveira			
Francisco Ricardo de Oliveira Cunha	Licenciado em Letras Inglês	40	Auxiliar de Biblioteca
REGISTRO ESCOLAR			
Meire Taiane Sampaio de Souza	Ensino Médio	40h	Assistente em Administração
Raniele Damasceno Melhorança	Bacharel Em Ciências Biológicas	40 h	Auxiliar em Assuntos Educacionais
Ingrid Ferreira da Silva	Ensino Médio	40h	Assistente em Administração
LABORATÓRIOS			
Nadja Maria da Silva	Técnica em Química; Tecnóloga em Segurança do Trabalho	40h	Técnica de Laboratório na Área de Química
Joao Rodrigues da Silva	Ensino Médio; Técnico em Controle Ambiental	40h	Assistente de Laboratório
Caren Daiane Mouzinho Guimarães	Mestre em Geociência e Análises de Bacias	40h	Técnica de Laboratório na Área de Biologia
ASSISTENTE DE ALUNOS			
Wellington da Silva Souza	Licenciado em Letras Inglês e Respectivas Literaturas	40h	Assistente de Aluno
Clefe Rodrigues de Assis	Ensino Médio	40h	Assistente de aluno
TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS			
Edivaldo Bezerra de Souza	Técnico em Agropecuária; Bacharel em Engenharia Florestal	40 h	Técnico em Agropecuária
Schumacher Andrade Bezerra	Técnico em Agropecuária; Bacharel em Engenharia Agrônômica	40 h	Técnico em Agropecuária

8. ÓRGÃOS DE GESTÃO DO CURSO

8.1. Coordenação do Curso

A Coordenação do Curso é o órgão responsável pela gestão didático-pedagógica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

do curso. Sua previsão encontra-se definida no organograma do Campus e suas atribuições deverão ser pautas na Organização Didático-Pedagógica da instituição e resoluções complementares.

A Coordenação do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros subsequente é um órgão democrático e participativo de função propositiva, consultiva, deliberativa, executiva e de planejamento e assessoramento escolar, responsável pelo gerenciamento das atividades didáticas e pedagógicas do curso. O órgão é ainda dirigido por um Coordenador, convidado dentre os professores do curso, com formação e perfil compatível com a atividade.

8.2. Conselho de Classe

O Conselho de Classe do IFAC é um órgão colegiado responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico e pela avaliação do desempenho escolar das turmas dos Cursos Técnicos de Nível Médio (Integrados, Subsequentes e PROEJA), e está institucionalizado através da Resolução nº 146/2013 – CONSU/IFAC, que institui a composição, atribuições e funcionamento do referido órgão.

Quanto a constituição, o Conselho de Classe é composto pelo Diretor de Ensino do *Campus* e pelos professores da turma. Além desses, participam do Conselho, enquanto assessoria técnica, servidores representantes do Núcleo de Assistência Estudantil (NAES), da Coordenação Técnico Pedagógica (COTEP), Coordenador do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e representante do Registro Escolar.

O Conselho de Classe (CoC) de cada turma dos cursos técnicos subsequentes instalar-se-á, em caráter ordinário, ao final de cada período letivo, segundo as datas previstas no calendário escolar.

Quanto as competências do Conselho de Classe, destaca-se proceder à análise do rendimento escolar global de cada estudante ao final do período letivo e decidir quanto ao status de aprovação ou retenção dos discentes que necessitem de parecer do referido órgão para progredirem de ano.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

O funcionamento, demais competências e outras fundamentações próprias do papel do Conselho de Classe serão definidas na resolução própria ou outros regulamentos institucionais específicos.

9. INSTALAÇÕES FÍSICAS E EQUIPAMENTOS

O IFAC, Campus Cruzeiro do Sul, oferece aos estudantes dos cursos técnicos, uma estrutura que proporciona o desenvolvimento cultural, social e de apoio à aprendizagem, necessárias ao desenvolvimento curricular para a formação geral e profissional, com vistas a atingir a infraestrutura necessária orientada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, conforme descrito nos itens a seguir:

9.1 Biblioteca

O Campus Cruzeiro do Sul dispõe de uma biblioteca com 12 computadores com acesso à internet e mesas distribuídas por toda extensão do espaço. Além disso, conta com um acervo diversificado com possibilidade de consulta local, bem como empréstimo e acesso a conteúdo digital (biblioteca virtual).

9.2 Áreas de Ensino e de Apoio Administrativo

Espaços	Qtde.
Salas de Aula com 40 cadeiras, ar condicionado e projetor multimídia	13
Auditório com espaço para 135 lugares, projetor multimídia e microfones	01
Banheiro	18
Biblioteca	01
Sala de Coordenações	03
Sala de docentes	01
Sala de Registro Escolar	01
Sala da Direção Geral	01
Sala da Direção de Ensino	01
Sala da Coordenação Técnico Pedagógica	01
Instalações Administrativas	05
Protocolo	-
Almoxarifado	01



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

9.3. Áreas de Esporte e Convivência

Esporte e Convivência	Qtde.
Quadra Poliesportiva	01
Área de Convivência	01

9.4. Área de Atendimento ao Estudante

Atendimento ao Estudante	Qtde.
Sala da Coordenação do Curso	01
Sala do Núcleo de Assistência ao Estudante, contando com psicóloga, assistente social, técnica em enfermagem e outros profissionais	01
Sala do NEABI	01
Sala do NAPNE	01

9.5. Equipamentos

Itens	Qtde.
Computadores dos laboratórios de informática	66
Projeter Multimídia	19
Notebooks	09
Lousa digital interativa	01
Computadores para manutenção	01
Kits para manutenção de computadores e rede	-

9.6 Laboratórios

Item	Instalações	Quantidade
01	Laboratório de Informática	02
02	Laboratório de Matemática	01
03	Laboratório de Física	01
04	Laboratório de Química	01
05	Laboratório de Biologia	01

9.7 Instalações Didáticas Específicas

ITEM	INSTALAÇÕES	QUANTIDADES
------	-------------	-------------



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

01	Laboratório de Processamento de Pescado (trailer)	1
----	---	---

9.8 Equipamentos Específicos

ITEM	EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
01	Trena comprimento mínimo de 50 metros	01
02	Trena comprimento mínimo de 10 metros	02
03	Contador	05
04	Pá de corte, larga tipa reta com abas laterais com cabos	03
05	Pá larga tipo concha sem cabo	03
06	Machado com cabo	01
07	Protetor auricular tipo concha	02
08	Pares de botas de Borracha (cor branca, cano médio, leves e flexíveis, nº 44)	02
09	Capacetes de segurança com aba frontal	30
10	Facão (terçado)	10
11	Óculos de proteção	42
12	Arco de Serra para poda a Distância	01
13	Pares de luvas de vaqueta	30
14	Lamina para arco de Serra manual (segueta)	05
15	Martelo de carpinteiro com unhas	02
16	Alavanca Sextavada	01
17	Boca de Lobo	05
18	Foice	05
19	Garrafa Térmica	02
20	Jogo de espátula e garfo de jardinagem	02
21	Rastelo metálico	05
22	Carrinho de mão	02
23	Pulverizador manual	03
24	Picareta	01



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

25	Parafusadeira elétrica	01
26	Pulverizador Costal Portátil	03
27	Furadeira de impacto; potência mínima 600 W	01
28	Caixa plástica térmica	01
29	Rolo de corda de nylon com 100 metros, diâmetro real 10 mm na cor branca	01
30	Rolo de corda de nylon com 100 metros, diâmetro real 20 mm na cor branca	01
31	Formão de aço inoxidável	01
32	Galões de plástico com capacidade de 20 litros	03
33	Lona Plástica, tamanho 5X3 metros	05
34	Mangueira plástica preta	100 m
35	Pares de Perneiras de proteção de raspa de couro	10
36	Prego com bitola - 2 polegadas	01 kg
37	Prego com bitola - 3 polegadas	01 kg
38	Serrote com cabo fechado (cabo de madeira)	01
39	Ancinho metálico, 05 dentes com cabo de eucalipto 120 cm	05
40	Baldes plásticos, capacidade de 20 litros	05
41	Bombona plástica com capacidade de 50 litros	03
42	Bombona plástica com capacidade de 100 litros	05
43	Bombona plástica com capacidade de 200 litros	01
44	Pares de botas de borracha na cor branca nº 36	01
45	Cabo-Ferramenta para enxada	04
46	Pares de caneleira de proteção para roçadores	02
47	Canivete de enxertador com lâmina sem ponta	02
48	Colete refletivo para atividades na floresta	30
49	Enxada	10
50	Fita métrica- tipo de costureira	10
51	Lima Chata meia murça	05
52	Tesourão de poda, cabo de madeira com 43 cm	01



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

53	Trado, material em aço, tipo concha	02
----	-------------------------------------	----

10. ANEXOS

10.1 - Anexo I – Ementas das Disciplinas Obrigatórias do Curso

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Português Instrumental	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	1º
Ementa: Linguagem e comunicação. Ortografia. Processos morfossintáticos e semânticos da língua portuguesa. Leitura e interpretação de textos diversos. Redação técnica.			
Bibliografia Básica:			
FARACO, C. A.; TEZZA, C. Prática de texto para estudantes universitários . 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.			
MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português instrumental . 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
Bibliografia Complementar:			
ABAURRE, M. L. Um olhar objetivo para produções escritas: analisar, avaliar e comentar . São Paulo: Moderna, 2012.			
BARBOSA, S. A. M. Redação: escrever é desvendar o mundo . 21. ed. Campinas: Papyrus, 2012.			
KOCH, I.V. Argumentação e linguagem . 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender os sentidos do texto . 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.			
WACHOWICZ, T. Análise linguística nos gêneros textuais . São Paulo: Saraiva, 2012.			

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Informática Aplicada	Carga horária:	45



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Pré-requisito:	-	Período:	1º
Ementa: Conceitos Básicos de Computação e Informática. Sistemas Operacionais. Processador de Texto. Planilha Eletrônica. Software de Apresentação. Software de Planejamento. Aplicações e utilidades de informática básica na pesca e aquicultura.			
Bibliografia Básica:			
BARRIVIERA, R.; OLIVEIRA, E. D. Introdução a informática . Curitiba: Livro Técnico, 2012.			
MANZANO, J. A. N. G. Guia prático de informática . 1. ed. São Paulo: Érica, 2011.			
RAMOS, A. A. Informática: Fundamentos e Terminologia . 1. ed. São Paulo: SENAI-SP, 2015.			
Bibliografia Complementar:			
ALVES, W. P. Informática fundamental: Introdução ao Processamento de Dados . São Paulo: Érica, 2010.			
MCFEDRIES, P. Fórmulas e funções no Excel 2010: curso completo . Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.			
OLSEN, D. R. Sistemas operacionais . Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010.			
TANENBAUM, A. S. Sistemas operacionais modernos . 3. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 2010.			
VELLOSO, F. C. Informática: conceitos básicos . 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.			

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Matemática Instrumental	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	1º
Ementa: Revisão de conceitos básicos: expressão numérica, fração, potenciação e radiciação Unidades de medida. Razão e porcentagem. Grandezas proporcionais e escalas. Funções. Noções de geometria plana e geometria espacial. Noções de Estatística. Medidas de tendência central e dispersão. Distribuição de frequência. Elaboração e interpretação de planilhas e gráficos. Noções de correlação entre variáveis e modelos de regressão linear e exponencial.			
Bibliografia Básica:			
CRESPO, A. A. Estatística fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.			
DANTE, L. R. Matemática: ensino médio . São Paulo: Ática, 2009.			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

PAIVA, M. **Matemática**. São Paulo: Moderna, 2010. v. 1 e 2.

Bibliografia Complementar:

CALLEGARI-JACQUES, S. M. **Bioestatística: princípios e aplicações**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GIOVANNI, J. R.; BONJORNO, J. R.; GIOVANNI J. R. **Matemática fundamental: uma nova abordagem**. São Paulo: FTD, 2010.

MENDES, P. P. **Estatística aplicada à aquicultura**. Recife: Bagaço, 1999.

MORETTIN, L. G. **Estatística básica: probabilidade e inferência**. São Paulo: Pearson, 2010.

SOUZA, J. R. **Novo olhar matemática**. São Paulo: FTD, 2011. v. 1.

SOUZA, J. R. **Novo olhar matemática**. São Paulo: FTD, 2011. v. 2.

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Qualidade da Água	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	1º

Ementa: Introdução e conceitos relevantes. Propriedades físico-químicas e biológicas da água. Efluentes de sistemas de cultivo. Manejo da qualidade da Água.

Bibliografia Básica:

KUBITZA, F. **Qualidade da água: no cultivo de peixes e camarões**. Jundiaí: F. Kubitza, 2013.

SÁ, M.V.C. **Limnocultura: limnologia para aquicultura**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

SIPAÚBA - TAVARES, L. H. **Uso racional da água em aquicultura**. Jaboticabal: Maria de Lourdes Brandel – ME, 2013.

Bibliografia Complementar:

ALVES, C. S.; MELLO, G. L. **Manual prático de monitoramento de qualidade de água e solo em aquicultura**. Recife: FAEPE/SEBRAE-PE, 2008.

BOYD, C. E. **Water Quality in Ponds for Aquaculture**. Alabama: Birmingham PublishingCo. 1990.

REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. **Águas doces no Brasil: capital ecológico**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

uso e conservação. 4. ed. São Paulo: Escrituras, 2015.

RODRIGUES, A. P. O.; et al. **Piscicultura de água doce**: multiplicando conhecimentos. Brasília: Embrapa, 2013.

VINATEA, L. **Qualidade da água em aquicultura**: princípios e práticas. Florianópolis: Edufsc, 2010.

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Limnologia e Ecologia de Ambientes Aquáticos	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	1º
Ementa: Noções de limnologia e ecologia aquática: Ecossistemas aquáticos do Brasil. Energia nos ecossistemas. Fatores limitantes bióticos e abióticos. População e comunidade. Ciclagem de nutrientes. Cadeias alimentares.			
Bibliografia Básica:			
ESTEVES, F. A. Fundamentos de limnologia . 3. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2011.			
REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. Águas doces no Brasil : capital ecológico uso e conservação. 4. ed. São Paulo: Escrituras, 2015.			
TUNDISI, J. G.; TUNDISI, T. M. Limnologia . São Paulo: Oficina de Textos, 2008.			
Bibliografia Complementar:			
GARRISON, T. Fundamentos de oceanografia . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.			
ODUM, E. P. Ecologia . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.			
SCHMIEGELOW, J. M. M. O planeta azul : uma introdução às ciências marinhas. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.			
SUTHERS, I. M.; RISSIK, D. Plankton : a guide to their ecology and monitoring for water quality. Collingwood: CSIRO Publishing, 2009.			
TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. Fundamentos em ecologia . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.			

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Saúde e Segurança do Trabalho	Carga horária:	30



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Pré-requisito:	-	Período:	1º
Ementa: Histórico. Legislação vigente e Normas Regulamentadoras. Acidentes do Trabalho. Riscos Ambientais. CIPA e SESMT. Prevenção e combate a incêndio. Ergonomia e Doenças Relacionadas ao Trabalho.			
Bibliografia Básica:			
ATLAS. Manuais de legislação Atlas: Segurança e medicina do trabalho. 73. ed. São Paulo: Atlas, 2014.			
HIRATA, M. H.; HIRATA, R. D. C.; MANCINI FILHO, J (Orgs). Manual de biossegurança. 2. ed. Barueri: Manole, 2012.			
MATTOS, U. A. O.; MÁSCULO, F. S. (Orgs.). Higiene e segurança do trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.			
Bibliografia Complementar:			
BARBOSA, A. A. R. Segurança do trabalho. Curitiba: Livro Técnico, 2011. 112p.			
CAMILLO, JR, A. B. Manual de prevenção e combates a incêndios. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999.			
GARCIA, G. F. B. (Org.). Segurança e medicina do trabalho: legislação. 3. ed. São Paulo: Método, 2010. 848 p.			
OLIVEIRA, J. B. C.; BOLOGNESI, P. R. Manual prático de saúde e segurança do trabalho. São Paulo: Yendis, 2010.			
PEREIRA, A. G. Segurança contra incêndio. São Paulo: LTR, 2009.			

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Introdução a Pesca e Aquicultura	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	1º
Ementa: Histórico da pesca e aquicultura. Importância da pesca e aquicultura para a produção de alimentos. Classificação da pesca e aquicultura. Pesca e Aquicultura no mundo, no Brasil e no Estado do Acre. Produção mundial, brasileira e acreana de pescado. Principais espécies cultivadas e capturadas no Brasil e no Acre. Principais sistemas de cultivos.			
Bibliografia Básica:			
OGAWA, M.; MAIA, E. L. Manual de pesca: ciência e tecnologia de pescados. São Paulo: Varela. 1999.			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

OSTRENSKY, A.; BORGHETTI, J.; DORIS, S. (Eds). **Aquicultura no Brasil: o desafio é crescer**. Brasília: 2008.

SOARES, M. C. F.; HAZIN, F. H. V. (Orgs.). **A engenharia de pesca no Brasil: trajetória de 40 anos**. Recife: M. D. F. Soares e F. H. V. Hazin, 2010.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, O. T. **A indústria pesqueira na Amazônia**. Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2006.

DIAS NETO, J. **Diagnóstico da pesca no Brasil**. Brasília: IBAMA, 1996.

FONTELES FILHO, A. A. **Oceanografia, biologia e dinâmica populacional de recursos pesqueiros**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011.

NEDELEC, C.; PRADO, J. **Definición y clasificación de las diversas categorías de artes de pesca**. Roma: FAODOC, 1990.

REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 4. ed. São Paulo: Escrituras, 2015.

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Introdução a Oceanografia	Carga horária:	30
Pré-requisito:	-	Período:	1º
Ementa: Composição e propriedades da água do mar. Morfologia costeira e relevo oceânico. Dinâmica dos oceanos, sua influência no clima e no comportamento das espécies marinhas. Marés.			
Bibliografia Básica:			
FONTELES FILHO, A. A. Oceanografia, biologia e dinâmica populacional de recursos pesqueiros . Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011.			
GARRISON, T. Fundamentos de oceanografia . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.			
SCHMIEGELOW, J. M. M. O planeta azul: uma introdução às ciências marinhas . Rio de Janeiro: Interciência, 2004.			
Bibliografia Complementar:			
BAPTISTA NETO, J. A.; WALLNER-KERSANACH, M.; PATCHINEELAM, S. M. Poluição marinha . Rio de Janeiro: Interciência, 2008.			
CARVALHOJUNIO, O. Introdução à oceanografia física . Rio de Janeiro: Interciência,			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

2014.

LEMES, M. A. M.; MOURA, A. D. **Fundamentos de dinâmica aplicados à meteorologia e oceanografia**. 2. ed. Ribeirão Preto: Holos, 2002.

SILVA, C. A. R. **Análises físico químicas de sistemas marginais marinhos**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

SILVA, C. A. R. (Org). **Oceanografia química**. Rio de Janeiro: Interciência, 2011.

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Natação	Carga horária:	30
Pré-requisito:	-	Período:	1º
Ementa: Adaptação ao meio líquido. Componentes básicos do ensino da Natação: noções de fluabilidade, propulsão, respiração, equilíbrio e mergulhos. Metodologia do ensino e domínio dos fundamentos básicos dos estilos crawl e costas. Exercícios educativos e corretivos. Noções básicas de salvamento aquático.			
Bibliografia Básica:			
COSTA, P. H. L. Natação e atividades aquáticas . Barueri: Manole, 2009.			
LIMA, W. U. Ensinando natação . 4. ed. São Paulo: Phorte, 2009.			
SZPILMAN, D. Manual técnico salvamento aquático do corpo de bombeiros da polícia militar do paraná . Curitiba: Editora Associação da Vila Militar, 2014.			
Bibliografia Complementar:			
ANDRIES JUNIOR, O. Natação: treinamento fundamental . São Paulo: Manole, 2001.			
GUZMAN, R. Natação: exercícios de técnica para melhoria do nado . Brasília: Manole, 2008.			
LOTUFO, J. Natação: ensinando aos principiantes . São Paulo: Leopardo, 2011.			
MASSAUD, M. G. Natação 4 nados: aprendizado e aprimoramento . Rio de Janeiro: Sprint, 2004.			
MCLEOAD, I. A. Anatomia da natação . São Paulo: Manole, 2010.			

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros
---------------	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Disciplina:	Topografia e Construções Aquícolas	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	2º
Ementa: Conceitos básicos aplicados à topografia. Instrumentação topográfica. Planialtimetria. Levantamentos, avaliações e planejamentos de obras aquícolas. Viveiros e barragens de terra. Estruturas hidráulicas. Sistemas de reaproveitamento da água e manejo do solo.			
Bibliografia Básica: COMASTRI, J. A.; TULER, J. C. Topografia: altimetria. 3. ed. Viçosa, MG: UFV, 2005. McCORMAC, J.; SARASUA, W.; DAVIS, W. Topografia. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014. OLIVEIRA, P. N. Engenharia para aquicultura. Fortaleza: Pedro Noberto de Oliveira, 2013.			
Bibliografia Complementar: BORGES, A. C. Prática de pequenas construções. 9. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2009. OLIVEIRA, M. A. Engenharia para aquicultura. Fortaleza: D & F gráfica e Editora Ltda, 2005. LOPES, J. D. S.; LIMA, F. Z. Pequenas barragens de terra: planejamento, dimensionamento e construção. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2005. OLIVEIRA, P. N. Desenho técnico aplicado a engenharia aquática. Fortaleza: Pedro Noberto de Oliveira, 2013. PEREIRA, M. F. Construções rurais. São Paulo: Nobel, 1986.			

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Reprodução e Larvicultura de Organismos Aquáticos	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	2º
Ementa: Reprodução e larvicultura de peixes, camarões, rãs, jacarés e quelônios. Fisiologia da reprodução. Seleção de espécies, escolha de reprodutores, reprodução natural e induzida, preservação do sêmen, desenvolvimento embrionário e larval. Cultivo de larvas, pós-larvas e jovens. Reversão sexual.			
Bibliografia Básica: ANDRADE, P. C. M. (Org.). Criação e manejo de quelônios no Amazonas: projeto diagnóstico da criação de animais silvestres no estado do Amazonas. Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2007.			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

RODRIGUES, A. P. O. et al. **Piscicultura de água doce**: multiplicando conhecimentos. Brasília: Embrapa, 2013.

VALENTI, W. C. (Org.). **Carcinicultura de água doce**: tecnologia para a produção de camarões. Brasília: IBAMA, 1998.

Bibliografia Complementar:

AVEIRO, A. V. D. **Criação de jacaré em cativeiro**. Curitiba: TECPAR, 2012.

BALDISSEROTTO, B.; GOMES, L. C. (Orgs). **Espécies nativas para piscicultura no Brasil**. 2. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2013.

PAVANELLI, G. C.; EIRAS, J. C.; TAKEMOTO, R. M. **Doenças de peixes**: profilaxia, diagnóstico e tratamento. 3. ed. Maringá: EDUEM, 2008.

SIPAUBA - TAVARES, L. H.; ROCHA, O. **Produção de Plâncton (Fitoplâncton e Zooplâncton) para alimentação de organismos aquáticos**. São Paulo: Rima, 2003.

VIEIRA, M. I. **Rã Touro Gigante**: características e reprodução. 4. ed. São Paulo: Prata/Infotec, 1993.

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Manejo Produtivo de Organismos Aquáticos	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	2º

Ementa: Implantação do empreendimento aquícola. Sistemas de cultivo. Formas de produção. Manejo na engorda e despesca no cultivo de peixes, camarões, jacarés, rãs e quelônios. Preparo de viveiros e ambientes para cultivos. Aspectos zootécnicos de espécies com potenciais para o cultivo. Sanidade de peixes em cultivo.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, P. C. M. (Org.). **Criação e manejo de quelônios no Amazonas**: projeto diagnóstico da criação de animais silvestres no estado do Amazonas. Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2007.

RODRIGUES, A. P. O. et al. **Piscicultura de água doce**: multiplicando conhecimentos. Brasília: Embrapa, 2013.

VALENTI, W. C. (Org.). **Carcinicultura de água doce**: tecnologia para a produção de camarões. Brasília: IBAMA, 1998.

Bibliografia Complementar:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

AVEIRO, A. V. D. **Criação de jacaré em cativeiro**. Curitiba: TECPAR, 2012.

BALDISSEROTTO, B.; GOMES, L. C. (Orgs). **Espécies nativas para piscicultura no Brasil**. 2. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2013.

PAVANELLI, G. C.; EIRAS, J. C.; TAKEMOTO, R. M. **Doenças de peixes: profilaxia, diagnóstico e tratamento**. 3. ed. Maringá: EDUEM, 2008.

TAVARES-DIAS, M. (Org.). **Manejo e sanidade de peixes em cultivo**. Macapá: Embrapa, 2009.

VIEIRA, M. I. **Rã Touro Gigante: características e reprodução**. 4. ed. São Paulo: Prata/Infotec, 1993.

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Cultivo e Captura de Peixes Ornamentais	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	2º
Ementa: Peixe ornamental no Brasil e no mundo. Aquariologia marinha e dulciaquícola. Principais espécies cultivadas e capturadas, nativas e exóticas. Anatomia, fisiologia, comportamento, enfermidades e profilaxia. Nutrição, crescimento e reprodução. Qualidade da água em aquários domésticos e públicos. Sistemas de Cultivo. Comercialização de peixes ornamentais.			
Bibliografia Básica:			
BALDISSEROTTO, B.; GOMES, L. C. (Orgs). Espécies nativas para piscicultura no Brasil . 2. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2013.			
CHAO, N. L. (Orgs.). Conservation and management of ornamental fish resources of the Rio Negro basin, Amazonia, Brazil - Project Piaba . Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas-EDUA, 2001.			
MENDES, G. N.; VALENÇA, A. R. Piscicultura ornamental: alternativa lucrativa . Recife: George Nilson Mendes/Anita Rademaker Valença, 2006.			
Bibliografia Complementar:			
LIMA, A. O. Aquicultura ornamental: panorama da aquicultura . Rio de Janeiro, 2004. v. 14, n. 83, p. 58-59.			
NOTTINGHAM, M. C.; SAMPAIO, C. L. Guia para identificação de peixes ornamentais brasileiros . Brasília: IBAMA, 2008. v. 1.			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

PAVANELLI, G. C.; EIRAS, J. C.; TAKEMOTO, R. M. **Doenças de peixes: profilaxia, diagnóstico e tratamento**. 3. ed. Maringá: EDUEM, 2008.

PINHEIRO, C.; ANATOLE, H.; BOSCH, T. M. **Diagnóstico geral das práticas de controle ligadas a exploração, captura, comercialização, exportação e uso de peixes para fins ornamentais e de aquarioria**. Brasília: IBAMA, 2008.

VIDAL JÚNIOR, M. V. V. Sistemas de Produção de Peixes Ornamentais. **Cad. Téc. Vet. Zootec.**, v. 51, p. 62 – 74, 2006.

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Alimentação e Nutrição de Organismos Aquáticos	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	2º

Ementa: O hábito alimentar natural dos organismos. Exigências nutricionais de organismos cultivados. Importância do alimento natural. Principais alimentos e suas restrições em rações. Noções básicas de formulação de rações. Processamento de rações. Manejo da alimentação. Fatores que influenciam a conversão alimentar. Sinais de má nutrição. Cultivo de organismos fito e zooplânctônicos utilizados como alimento na larvicultura.

Bibliografia Básica:

FRACALOSSO, D. M.; CYRINO, J. E. P. (Eds.) **Nutriaqua: nutrição e alimentação de espécies de interesse para a aquicultura brasileira**. Florianópolis: Ministério de pesca e aquicultura, 2012.

KUBITZA, F. **Nutrição e alimentação dos peixes cultivados**. 3. ed. Jundiaí: F. Kubitza, 2004.

LOGADO, P. V. R. **Nutrição e alimentação de peixes de água doce**. 2. ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2015.

Bibliografia Complementar:

ANZUATEGUI, I. A.; VALVERDE, C. C. **Rações pré-calculadas para organismos aquáticos**. Guaíba: Agropecuária, 1998.

BALDISSEROTTO, B.; GOMES, L. C. (Orgs). **Espécies nativas para piscicultura no Brasil**. 2. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2013.

BUTOLO, J. E. **Qualidade de ingredientes na alimentação animal**. Campinas: Colégio Brasileiro de Nutrição Animal, 2010.

SIPAUBA – TAVARES, L. H.; ROCHA, O. **Produção de Plâncton (Fitoplâncton e Zooplâncton) para Alimentação de Organismos Aquáticos**. São Paulo: Rima, 2003.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

ZAVALA-CAMIN, L. A. **Introdução aos estudos sobre alimentação natural em peixes.** Maringá: EDUEM, 1996.

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Administração e Economia na Pesca e Aquicultura	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	2º
Ementa: Administração da atividade e dos recursos. O princípio da Precaução, o manejo ecossistêmico e o co-manejo. O uso de incentivos ou restrições econômicas como medidas de manejo. Noções fundamentais da economia pesqueira: A teoria da produção, comercialização e consumo na indústria pesqueira. Aplicação da lei da oferta e procura na atividade. Teoria do consumidor. Modelos econômicos da indústria pesqueira. Noções de macroeconomia. Formação de preços. Teoria da produção e dos custos. Economia da Aquicultura.			
Bibliografia Básica:			
PAIVA, M. P. Administração pesqueira no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2003.			
KUBITZA, F.; ONO, E. A. Projetos aquícolas: planejamento e avaliação econômica. Jundiaí: F. Kubitza, 2004.			
RIBEMBOIM, J. Economia da pesca sustentável no Brasil. Recife: Bagaço, 2010.			
Bibliografia Complementar:			
DAVID, L. H. C.; PINHO, S. Viabilidade econômica de projetos aquícolas. Laguna: UDESC, 2014.			
DIAS-NETO, J. Gestão do uso de recursos pesqueiros marinhos no Brasil. Brasília: Ibama, 2003.			
KUBITZA, F. Controle financeiro na aquicultura. Jundiaí: F. Kubitza, 2004.			
KUBITZA, F. et al. Planejamento da produção de peixes. 4. ed. Jundiaí: F. Kubitza, 2004.			
RUFFINO, M. L. Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia. Manaus: IBAMA, 2005.			

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Biologia e Fisiologia de Organismos Aquáticos	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	2º



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Ementa: Classificação, biologia, anatomia e fisiologia de moluscos, crustáceos, anfíbios, répteis, peixes e quelônios. Biologia reprodutiva e os aspectos fisiológicos das espécies mais importantes para a pesca e aquicultura.

Bibliografia Básica:

BALDISSEROTTO, B.; CYRINO, J. E. P.; URBINATI, E. C. (Orgs). **Biologia e fisiologia de peixes neotropicais de água doce**. Jaboticabal: Funep - Unesp, 2014.

BRUSCA, G. J.; BRUSCA, R. C. **Invertebrados**. 2. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2007.

ORR, R. T. **Biologia dos vertebrados**. 5. ed. São Paulo: Roca, 2009.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, P. C. M. (Org.). **Criação e manejo de quelônios no Amazonas**: projeto diagnóstico da criação de animais silvestres no estado do Amazonas. Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2007.

AVEIRO, A. V. D. **Criação de jacaré em cativeiro**. Curitiba: TECPAR, 2012.

BALDISSEROTTO, B.; GOMES, L. C. (Orgs). **Espécies nativas para piscicultura no Brasil**. 2. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2013.

VALENTI, W. C. (Org.). **Carcinicultura de água doce**: tecnologia para a produção de camarões. Brasília: IBAMA, 1998.

VIEIRA, M. I. **Rã Touro Gigante**: características e reprodução. 4. ed. São Paulo: Prata/Infotec, 1993.

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Legislação Pesqueira e Aquícola	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	2º
Ementa: Princípios de Direito Ambiental. Instrumentos da política nacional do meio ambiente. Licenciamento ambiental. Órgãos reguladores e informações sobre a legislação federal, estadual e municipal sobre a aquicultura e pesca. Portaria do IBAMA (defeso no estado do Acre). Legislação para regulamentação de embarcações comerciais e industriais. Legislação para o profissional na Pesca e Aquicultura.			
Bibliografia Básica:			
GOLÇALVES, T. G. Aquicultura, meio ambiente e legislação . 3. ed. São Paulo: Annablume, 2010.			
KAIDA, M. A. V. T. Comentários à legislação pesqueira brasileira . Pirassununga:			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Lawbook, 2010.

TIAGO, G. G. **Ementário da legislação de aquicultura e pesca do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Glauco Gonçalves Tiago, 2014.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, O. T (Org.). **Manejo de pesca na Amazônia Brasileira**. São Paulo: Peirópolis, 2006.

ALMEIDA, O. T. **A indústria pesqueira na Amazônia**. Manuas: IBAMA/ProVárzea, 2006.

CÂMARA DO DEPUTADOS. **Legislação brasileira sobre meio ambiente**. Brasília: Câmara do Deputados, 2010.

MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental Brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

TIAGO, G. G. **Aquicultura, meio ambiente e legislação**. 2. ed. atual. São Paulo: G. G. Tiago, 2007.

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Tecnologia Pesqueira	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	3º

Ementa: Embarcações de pesca. Pesca comercial e artesanal. Tipos de pesca. Métodos de captura e manobras. Dispositivos de seletividade nos aparelhos de pesca. Cálculo de resistência de aparelho de arrasto. Condicionamento do pescado a bordo. Procedimentos higiênico-sanitários na captura, embarque e desembarque do pescado.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, R. P. B.; FREITAS, C. E. C. **Apetrechos e técnicas de pesca da bacia do Rio Negro**. Manaus: EDUA, 2006.

RUFFINO, M. L. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004.

SALAZAR, O. C. **Manual para el calculo y construccion de las redes de arrastre camaroneras**. Mexico: D. C. Unidad de EducacionenCiencias y Tecnologia del Mar, 1994.

Bibliografia Complementar:

FONTELES FILHO, A. A. **Oceanografia, biologia e dinâmica populacional de recursos pesqueiros**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

LEITE, A. M. **Manual de tecnologia da pesca**. Lisboa: Escola Portuguesa de Pesca, 1991.

NEDELEC, C.; PRADO, J. **Definición y clasificación de las diversas categorías de artes de pesca**. Roma: FAO DOC., 1990.

OKONSKI, S. L.; MARTINI, L. W. **Artes y metodos de pesca**. Buenos Aires: Hemisferio Sul, 1987.

TEIXEIRA, P. **Produzir e viver na Amazônia rural: estudo socio-demográfico de comunidades do médio solimões**. Manaus: Reggo Edições, 2011.

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Confecção e Manutenção de Apetrechos de Pesca	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	3º

Ementa: Utilizar as ferramentas e acessórios na construção de apetrechos de pesca. Conhecer e confeccionar os principais aparelhos de pesca utilizados em águas interiores, costeiras e oceânicas; Conhecer e executar os principais nós empregados nos aparelhos e embarcações de pesca; Efetuar reparos em aparelhos de captura com linha e com panagens.

Bibliografia Básica:

FONSECA, M. M. **Arte naval**. 6. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002.

JARMAN, C.; BEAVIS, B. **Marinharia e trabalhos em Cabos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Maríntimas, 1983.

SALAZAR, O. C. **Manual para el calculo y construccion de las redes de arrastre camaroneras**. Mexico: D.C. Unidad de Educacion en Ciencias y Tecnologia del Mar, 1994.

Bibliografia Complementar:

LEITE, A. M. **Manual de tecnologia da pesca**. Lisboa: Escola Portuguesa de Pesca, 1991.

MINISTÉRIO DA MARINHA. **Livro texto de marinharia**. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1975.

NEDELEC, C.; PRADO, J. **Definición y clasificación de las diversas categorías de artes de pesca**. Roma: FAO DOC., 1990.

OKONSKI, S. L.; MARTINI, L. W. **Artes y metodos de pesca**. Buenos Aires: Hemisferio Sul, 1987.

SILVA, R. C. **Arte naval moderna**. Rio de Janeiro: Editorial da Marinha, 1979.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Máquinas e Motores utilizados na Pesca e Aquicultura	Carga horária:	30
Pré-requisito:	-	Período:	3º
Ementa: Mecanismos de Governo da Embarcação. Linha de Propulsão e seus Componentes. Bombas Utilizadas em Embarcações Pesqueiras. Tipos de Motores. Motores de Propulsão a Diesel. Inter-relações entre o Motor Diesel e o Hélice. Sistemas de Bombas Utilizadas na Aquicultura. Máquinas e Motores Utilizados em Empreendimentos Aquícolas. Planejamento e Controle de Manutenção. Ferramentas para Operação, Manutenção e Reparos de Máquinas e Motores. Refrigeração e congelamento na Pesca e Aquicultura.			
Bibliografia Básica: BEZERRA NETO, J. T.B. Máquinas e motores utilizados na pesca . Manaus: José Tarcísio Borges Bezerra Neto, 2013. CORDEIRO, A. Máquinas e equipamentos auxiliares (Uea 5) . Belém: Marinha Do Brasil, 2009. KUBITZA, F. Qualidade da água no cultivo de peixes e camarões . Jundiaí: Fernando Kubitza, 2003. Bibliografia Complementar: BENEVIDES, P. Manual do motor diesel . Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1971. CZEKAJ, D. Aplicaciones de la ingeniería: 3 Maquinaria hidráulica em embarcaciones pesqueras . Roma: FAO Documentos Técnicos de Pesca (296), 1988. FONSECA, M. M. Arte naval . 6. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002. MARINHA DO BRASIL. Motor diesel: curso para condutor-motorista de pesca . Rio de Janeiro: Ensino Profissional Marítimo, 1985. OLIVEIRA, M. A. Apostila nº 1 de máquinas e motores marítimos . Departamento de Engenharia de Pesca – UFC. SANTOS, J. S.; ALMEIDA, H. J. Bombas navais . Rio de Janeiro: Escola de Máquinas, Ministério da Fazenda. 1968.			

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros
---------------	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Disciplina:	Condução e Comunicação de Embarcações Pesqueiras	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	3º
Ementa: Conceitos de marinharia e navegação. Principais equipamentos eletrônicos utilizados na pesca, comunicação e navegação. Códigos, frequências e procedimentos de radiotelefonia. Normas de comando, responsabilidade legal e comportamento de liderança.			
Bibliografia Básica: ALFREDINI, P. Técnicas de avaliação das manobras dos navios . São Paulo: EPUSP, 1995. MINISTÉRIO DA MARINHA. Livro texto de marinharia . Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1975. REIS, F. G. Navegação costeira com GPS . Campinas: UNICAMP, 2007.			
Bibliografia Complementar: BARROS, G. L. M. Navegação astronômica, fundamentos e prática . Rio de Janeiro: Edições Marítimas, 1997. BERALDO, P.; SOARES, S. M. GPS: introdução e aplicações práticas . Brasília: Editora e Livraria Luana Ltda, 1995. GOMES, G. R. C. A prática da navegação . Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Oficiais de Náutica da Marinha Mercante, 1984. v. 2. JARMAN, C.; BEAVIS, B. Marinharia e trabalhos em Cabos . Rio de Janeiro: Edições Marítimas, 1983. REIS, F. G. Fundamentos da navegação eletrônica: radar . Campinas: UNICAMP, 2003.			

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Tecnologia e Processamento do Pescado	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	3º
Ementa: Lavagem, descongelamento, descamação, descabeçamento, evisceração, esfolagem, filetagem e postagem de pescado. Produtos e subprodutos de pescado. Métodos de conservação. Embalagens, armazenamento, transporte e comercialização do pescado.			
Bibliografia Básica: GALVÃO, J. A.; OETTERER, M. Qualidade e processamento de pescado . Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

GONÇALVES, A. A. **Tecnologia do pescado: ciência, tecnologia, inovação e legislação**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2011.

LINS, P. M. O. **Beneficiamento do pescado**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

Bibliografia Complementar:

BRASIL-MAPA. **Manual de inspeção para identificação de espécies de peixes e valores indicativos de substituições em produtos de pesca e aquicultura**. Brasília: Secretaria de Defesa Agropecuária –MAPA, 2016.

MINOZZO, M. G. **Processamento e conservação de pescado**. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

OGAWA, M.; MAIA, E. L. **Manual de pesca: ciência e tecnologia do pescado**. São Paulo: Livraria Varela, 1999.

OLIVEIRA, A. C. **Beneficiamento e conservação do pescado**. 2. ed. Brasília: LK Editora, 2007.

VIEIRA, R. H. S. F. **Microbiologia, higiene e qualidade do pescado: teoria e prática**. São Paulo, Editora Varela, 2004.

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Empreendedorismo e Inovação	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	3º

Ementa: Empreendedorismo no Brasil e no mundo. O Processo empreendedor nas organizações. Inovação como imperativo organizacional. Identificação, avaliação e implementação de oportunidades de negócios. Plano de Negócios. Marketing empresarial. As incubadoras de empresa e o apoio ao desenvolvimento de novos produtos.

Bibliografia Básica:

DORNELAS, J. C. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BIRLEY, S.; MUZYKA, D. F. **Dominando os desafios do empreendedor**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Bibliografia Complementar:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

BERNARDI, L. A. **Manual de plano de negócios: fundamentos, processos e estruturação.** Atlas, 2007.

DORNELAS, J. C. **Empreendedorismo na prática: mitos e verdades.** Rio de Janeiro: Campus, 2007.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor.** 3. ed. Saraiva, 2004.

DOLABELA, F. **O segredo de Luisa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios – como nasce o empreendedor e se cria uma empresa.** 30. ed. rev. e atual. São Paulo: Cultura, 2006.

MORENO, A. B.; HOLLER, S. **Mapeando horizontes: as trilhas do empreendedorismo.** DVS Editora, 2006.

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Planejamento e Gestão Aquícola e Pesqueira	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	3º
Ementa: Planejamento, programação e cálculos inerentes ao cultivo e despescas de espécies aquícolas. Planilhamento de dados da pesca e aquicultura. Armação de embarcação: cálculos de suprimentos, tripulação e combustível.			
Bibliografia Básica:			
DIAS-NETO, J. Gestão do uso de recursos pesqueiros marinhos no Brasil. Brasília: Ibama, 2003.			
KUBITZA, F.; ONO, E. A. Projetos aquícolas: planejamento e avaliação econômica. Jundiaí: F. Kubitzza, 2004.			
RUFFINO, M. L. Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia. Manaus: IBAMA, 2005.			
Bibliografia Complementar:			
ALMEIDA, O. T (Org.). Manejo de pesca na Amazônia Brasileira. São Paulo: Peirópolis, 2006.			
KUBITZA, F. Controle financeiro na aquicultura. Jundiaí: F. Kubitzza, 2004.			
KUBITZA, F; et al. Planejamento da produção de peixes. 4. ed. Jundiaí: F. Kubitzza, 2004.			
PAIVA, M. P. Administração pesqueira no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2003.			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

RIBEMBOIM, J. **Economia da pesca sustentável no Brasil**. Recife: Bagaço, 2010.

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Extensão Pesqueira	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	3º

Ementa: Fundamentos de Extensão. Comunicação, Difusões e Inovações. Metodologia de Extensão Rural. Desenvolvimento da Comunidade tradicionais. Grupos Comunitários. Características dos povos ribeirinhos da Amazônia. Associativismo. Técnicas de trabalho em grupo. Elaboração de questionários. Técnicas de entrevistas e observação. Desenvolvimento de comunidades. Relações étnico raciais.

Bibliografia Básica:

CALLOU, A. B. F. **Extensão rural: polissemia e memória**. Recife: Bagaço, 2007.

CALLOU, A. B. F.; SANTOS, M. S. T. **Extensão rural/extensão pesqueira: estratégias de ensino e pesquisa**. Recife: Fasa Gráfica, 2013.

TEIXEIRA, P. et al. (Orgs.) **Produzir e viver na Amazônia Rural: estudo socio-demográfico de comunidades do médio solimões**. Manaus: Reggo Edições, 2011.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Plano nacional de extensão pesqueira e aquícola. Brasília: Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, 2009.

FURTADO, L. G.; MELLO, F.; LEITÃO, W. **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

HERMANN, K. **Participação cidadã: novos conceitos e metodologias**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: Fase, 1995.

VROOM, V. H. **Gestão de pessoas, não de pessoal: os melhores métodos de motivação e avaliação de desempenho**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Curso:	Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros		
Disciplina:	Tópicos de Dinâmica e Avaliação de Recursos Pesqueiros	Carga horária:	45
Pré-requisito:	-	Período:	3º



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Ementa: O crescimento individual e o populacional. Natalidade, mortalidade natural e por pesca. Curva de crescimento. Relação Peso x Comprimento. Determinação da idade. Estimativas do tamanho de populações. Exploração racional de recursos pesqueiros. Esforço e captura por unidade de esforço. Recrutamento e seletividade. Curvas de rendimento: modelos descritivos e modelos analíticos. Estimativa da abundância por métodos diretos. Administração de estoques. Análise quantitativa em aquicultura.

Bibliografia Básica:

FISHER, C. F. A. **Recursos pesqueiros do médio Amazonas:** biologia e estatística pesqueira. Coleção Meio Ambiente. Série Estudos Pesca. Brasília: Edições IBAMA, 2000. v. 22.

FONTELES FILHO, A. A. **Oceanografia, biologia e dinâmica populacional de recursos pesqueiros.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011.

SANTOS, E. P. **Dinâmica de populações aplicada à pesca e piscicultura.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978.

Bibliografia Complementar:

PEREIRA, H. S. **Iniciativa de cogestão dos recursos naturais da Várzea-Estado do Amazonas.** Manaus: Ibama/ProVárzea. Série Documentos Técnicos 2, 2004.

FABRÉ, N. N.; BARTHEM, R. B. **O manejo da pesca dos grandes bagres migradores: piramutaba e dourada no eixo Solimões-Amazonas.** Coleção Documentos Técnicos: Estudos Estratégicos. Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2005.

GOTELLI, N. J.; ELLISON, A. M. **Princípios de estatística em ecologia.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

SPARRE, P.; URSIN, E.; VENEMA, S. C. **Introdução à avaliação de mananciais de peixes tropicais.** Roma: FAO 306/1 Ver.2. Parte I- Manual. 1996.

VAZZOLER, A. E. A. M. **Manual de métodos para estudos biológicos de populações de peixes: reprodução e crescimento.** Brasília: CNPq. Programa Nacional de Zoologia, 1981.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, U. Vagner e Gladson Cameli fazem vistoria em obra do mercado do peixe antes da inauguração. **Tribuna do Juruá.** 2015. Disponível em: <<http://www.tribunadojuruia.com.br/cruzeiro-do-sul/vagner-sales-faz-vistoria-em-obra-do-mercado-do-peixe-antes-da-inauguracao/>>. Acesso em: 14 set. 2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ LDB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 08/02/2017.

_____. **Lei nº 11.892/2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. **Lei Nº 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, 2009.

_____. **MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. Amazônia, Aquicultura e Pesca: Plano de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: MPA, 2010.

FAO. **El estado mundial de la pesca y la acuicultura 2014**: Contribución a la seguridad alimentaria y la nutrición para todos. Roma: FAO, 2016.

FAO. **El estado mundial de la pesca y la acuicultura 2015**: Contribución a la seguridad alimentaria y la nutrición para todos. Roma: FAO, 2017.

IBGE. **Produção da Pecuária Municipal. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Rio de Janeiro, v. 43, p.1-49, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (IFS). **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Recursos Pesqueiros**. Aracaju/SE: 2012. Disponível em <<http://www.ifs.edu.br/cursos-tecnicos/261-cursos/tecnicos/subsequentes/4301-recursos-pesqueiros>>. Acesso em 05/09/2017.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE (IFAC). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI – IFAC/2014-2018)**. Rio Branco/AC: 2016. Disponível em <<http://portal.ifac.edu.br/images/conteudo/documentos/PDI2014-2018.pdf>>. Acesso em 08/02/2017.

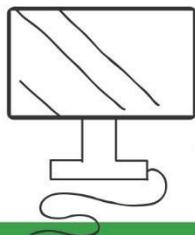
INSTITUTO FEDERAL DO ACRE (IFAC). **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Aquicultura**. Rio Branco/AC: 2014. Disponível em <http://www.ifac.edu.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=291&Itemid=120&limitstart=10>. Acesso em 08/03/2017.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE (IFAC). **Organização Didática Pedagógica (ODP)**. Rio Branco/AC: 2013. Disponível em <http://www.ifac.edu.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=209&Itemid=120&limitstart=30>. Acesso em 08/02/2017.



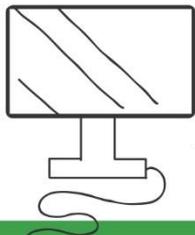
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Recursos Pesqueiros na forma Integrada, presencial.** Natal/RN: 2011. Disponível em < <http://portal.ifrn.edu.br/ensino/cursos/cursos-tecnicos-de-nivel-medio/tecnico-integrado/tecnico-em-recursos-pesqueiros>>. Acesso em 05/09/2017.



www.ifac.edu.br





www.ifac.edu.br

